

RELATÓRIO DE  
**ATIVIDADES**

**2 0 0 8**





## **Expediente**

CONAMP - Associação Nacional dos Membros do Ministério Público

### **Presidente**

José Carlos Cosenzo

### **1ª Vice-Presidente**

Norma Angélica Reis Cavalcanti

### **2º Vice-Presidente**

César Bechara Nader Mattar Júnior

### **Secretário Geral**

Rui Carlos Kolb Schiefler

### **Conselho Fiscal**

Presidente – José Antônio Malta Marques

Vice-Presidente – Luis Gonzaga Martins Coelho

Secretário – José Maria Silva Júnior

Conselheiro – Almiro Gonçalves da Rocha

Conselheiro – Paulo Cezar dos Passos

### **Diretorias Regionais**

Região Centro-Oeste – Carlos Alberto Cantarutti

Região Nordeste – João Arlindo Corrêa Neto

Região Norte – Celso Jerônimo de Souza

Região Sul – Miguel Bandeira Pereira

Região Sudeste – José Eduardo Ciotola Gussen

### **Consultoria de Conteúdo**

Mônica Mafra – Assessora Parlamentar

### **Edição**

Raphaella Alves Correia

### **Projeto Gráfico, Diagramação e Revisão**

Racionalize

### **Fotos**

Stockxpert, Fábio Oki e Allan Madrillis

### **Fontes de pesquisas**

Ministério Público Federal / Procuradoria Geral da República (MPF/PGR); Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); Supremo Tribunal Federal (STF); Superior Tribunal de Justiça (STJ); Tribunal Superior do Trabalho (TST); Senado Federal (SF); Câmara dos Deputados (CD); Presidência da República (PR).

RELATÓRIO DE  
**ATIVIDADES**  
**2 0 0 8**



Associação Nacional dos Membros do Ministério Público

# Sumário

---

<i>Apresentação</i> .....	<b>6</b>
<i>Palavra do Presidente</i> .....	<b>8</b>
<b>CONAMP</b> .....	<b>14</b>
Reuniões e Eventos .....	16
Atividades Políticas .....	24
V Prêmio Inovare .....	24
Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado - FONACATE .....	25
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES .....	30
Fórum Nacional Permanente de Segurança Pública - FONASEG .....	38
Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral – MCCE .....	40
Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado .....	45
Presidência da República – PR.....	46
Ministério da Justiça - MJ.....	47
Administração .....	50
Assessoria de Imprensa .....	50
Assessoria Parlamentar.....	54
 <i>Ministério Público</i> .....	 <b>76</b>
Conselho Nacional do Ministério Público.....	78
Comissões .....	78
Resoluções .....	83
Recomendações.....	84
Enunciados Administrativos.....	85
Outros Atos.....	86
Membros do Conselho.....	87

---

<i>Poder Judiciário</i> .....	<b>90</b>
Supremo Tribunal Federal - STF .....	92
Conselho Nacional de Justiça - CNJ.....	93
Superior Tribunal de Justiça - STJ.....	95
Tribunal Superior do Trabalho - TST .....	96
Tribunal Superior Eleitoral - TSE .....	97
 <i>Poder Legislativo</i> .....	 <b>98</b>
Congresso Nacional.....	100
Senado Federal.....	100
Câmara dos Deputados.....	102
 <i>Poder Executivo</i> .....	 <b>106</b>
LEI 11.671_08 – Transferência e inclusão de presos .....	109
LEI 11.672_08 – Recursos Repetitivos.....	110
LEI 11.689_08 – Tribunal do Juri .....	110
LEI 11.690_08 – Provas.....	110
LEI 11.694_08 – Responsabilidade Civil dos Partidos Políticos .....	111
LEI 11.698_08 – Guarda Compartilhada .....	111
LEI 11.719_08 – Suspensão de Processos .....	111
LEI 11.767_08 – Inviolabilidade dos advogados.....	112
LEI 11.798_08 – Competência do CJF.....	112
LEI 11.829_08 – Material de Pedofilia.....	112
LEI 11.883_08 – Remuneração do CNMP .....	112



# *A*presentação

---



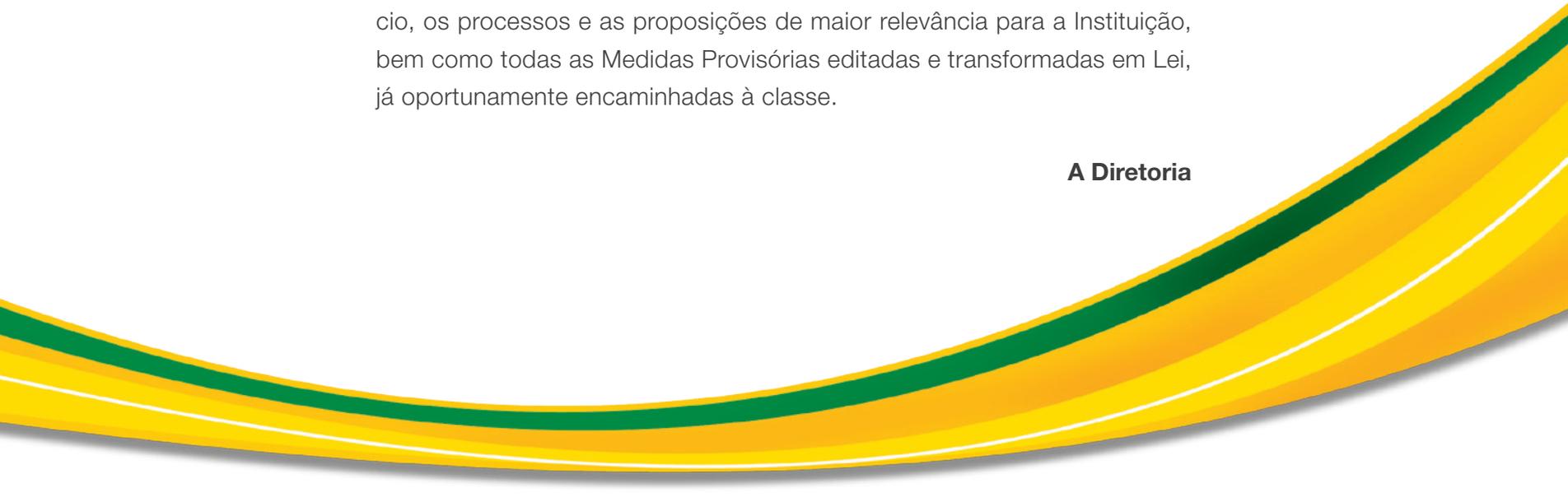
---

A Diretoria da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP tem a satisfação de publicar o presente relatório que descreve as principais atividades desenvolvidas em 2008. Dentro da proposta inicial de uma administração compartilhada, além do relato que nos cumpria, entregamos a prestação de contas do trabalho realizado pela Diretoria, pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho Deliberativo, visando à defesa intransigente dos princípios institucionais e dos direitos e prerrogativas dos membros do Ministério Público brasileiro.

A fim de garantir maior transparência e dinamismo, o trabalho foi dividido por área de atividades e contém, além da atuação da CONAMP nas respectivas áreas, informações sobre os processos, Medidas Provisórias e proposições em acompanhamento pelo órgão, dentre outros.

Em cada um dos Poderes da República e no âmbito do Ministério Público, buscamos relacionar os fatos mais importantes ocorridos durante o exercício, os processos e as proposições de maior relevância para a Instituição, bem como todas as Medidas Provisórias editadas e transformadas em Lei, já oportunamente encaminhadas à classe.

**A Diretoria**





## *Palavra do Presidente*

---

“Aqueles homens intrépidos que imaginavam a união dos membros do Ministério Público de todo o país em torno de um projeto inicialmente modesto, de criação de uma carreira que não se submetesse ao domínio da ditadura militar, e idealizaram uma entidade nacional que recepcionasse as idéias das entidades estaduais, certamente se surpreenderiam ao verificar o *status* atingido por nossa CONAMP, em quase quatro décadas.”

**José Carlos Cosenzo**

Os tempos eram outros. Os quadros infinitamente menores. A dedicação maior da instituição era na área criminal, com uma enorme confusão de identidade, ante a necessidade de muitas vezes defender o próprio Estado. Enquanto o projeto da Constituição Federal de 67 tramitava no Congresso, membros do Ministério Público tentavam manter os direitos e as prerrogativas já assegurados a eles pela Legislação então vigente. Percebeu-se, assim, a necessidade de um organismo de representação nacional, para que os Promotores se fizessem ouvir. Os pioneiros João Lopes Guimarães, Oscar Xavier de Freitas, Lauro Guimarães, Amâncio Pereira, José Cupertino, Castellar Guimarães, Pedro Iroito Leó, Valderedo Nunes, Massilton Tenório e Jerônimo Maranhão, em 1971, fundaram a **CAEMP** em Ouro Preto, Minas Gerais, para que houvesse cada vez mais um “aperfeiçoamento institucional e fosse promovida a defesa dos direitos e interesses gerais dos Promotores”.

As últimas três décadas sedimentaram uma consciência nacional de Ministério Público como instituição, e seus agentes como órgãos independentes, com atuação dinâmica e desinteressada em favor da coletividade, mas com maiores e mais efetivas responsabilidades no combate à improbidade dos administradores e políticos brasileiros, bem como na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos e coletivos, sem se descuidar da importantíssima atuação na área criminal.

A CONAMP teve relevante participação nisso tudo, pois foi através dela que o Ministério Público conseguiu mecanismos legais e ferramentas aptas para desenvolver suas atividades e se transformar em uma das maiores instituições desse país, e talvez a mais respeitada, porém a que mais sofre com intervenções de políticos que pretendem ver o descrédito e a perda de poder dos seus agentes, intransigentes na defesa da causa pública.

Mas qual a razão de se surpreenderem os pioneiros? Éramos uma entidade que se reunia nos corredores do Congresso Nacional. Nosso patrimônio único era nossa fé em construir e melhorar. Nossa memória pertencia à lembrança de cada membro atuante, com registros formais e eventuais. Nossa atuação invejável se devia muito mais à vontade individual do que propriamente à organização como entidade, mas que lenta e gradualmente foi se estruturando. Adquirimos uma pequena sede, que foi reformada para se adaptar às raras reuniões do Conselho Deliberativo, hoje habituais, rotineiras e ordinárias. Debruçávamo-nos ante poucas proposituras, pois as leis eram muito mais sólidas e aplicadas a uma sociedade mais estável, cujos representantes não se atiravam à atividade contemporânea de transformar o perene em efêmero.

Vivemos sob o estigma da mudança impositiva, na era da tecnologia, onde o fato grave acontecido pode se tornar um ilustre esquecido em semanas. Vivemos sob o jugo reformista e, o pior de tudo, do imediatismo e do corporativismo.

Foi-se, há muito, a época em que as instituições eram propositivas, onde a competitividade tinha como fundamento o desiderato maior de construir sistemas para uma atuação melhor em favor da sociedade. Tristemente assistimos a um enfrentamento que não é produtivo, onde antes de procurar o aperfeiçoamento ou a melhoria de sua carreira, alguns se dedicam a prejudicar os demais. Há uma luta quase que fratricida, onde todos perdem, e os destinatários de nossa atuação são os maiores prejudicados.

Ante tal quadro, é fundamental lutar sem tréguas, intransigentemente, para manter nossas árduas conquistas e tentar aperfeiçoá-las. Os pioneiros, por isso, também, ficariam surpresos.

E, por tal razão, o tempo nos obrigou a procurar estruturação. Hoje temos uma sede que nos acolhe razoavelmente e, em 2009, fruto de um esforço comum, estaremos em um novo local, maior, mais acolhedor e confortável, adaptado às nossas atuais necessidades. É um grande investimento colocado à disposição das futuras gerações de dirigentes de nossa CONAMP. Temos um pequeno, mas eficiente quadro de funcionários, que está crescendo a olhos vistos. À nossa disposição existe uma assessoria de imprensa disseminando informações, sobre todos os fatos relacionados à CONAMP, às suas afiliadas e ao Ministério Público, quase que instantaneamente. A CONAMP é conhecida e reconhecida nacionalmente, fazendo com que o Ministério Público ocupe uma enorme parcela dos noticiários em razão de sua atuação positiva.

A profissionalização no enfrentamento das discussões de ordem política nos proporcionou a contratação de uma eficiente assessoria parlamentar, que nos possibilita acompanhar diuturnamente mais de 1.200 proposições legislativas, além de agilizar o repasse de informações à classe. A criação do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP e do Conselho Nacional de Justiça - CNJ também nos acarretou novas e difíceis tarefas.

Conseguimos realizar um trabalho conjunto com as demais entidades de representação das classes de âmbito nacional, onde, respeitando-se as peculiaridades de cada carreira, unimos esforços para lutar pelo ideal comum, cujos frutos já foram colhidos neste exercício. Estreitamos as relações com a Associação Nacional

dos Procuradores da República - ANPR e desenvolvemos um trabalho conjunto, sério e fraterno, renovando a cada dia o caráter nacional do Ministério Público. O trabalho de aproximação e discussão parlamentar é feito sistematicamente, evitando-se assim as postulações de ocasião, que caracterizam o imediatismo e fechamento de portas no futuro.

São cada vez mais freqüentes e tratadas de forma amistosa as relações com os Poderes da República, como é de conhecimento público, visando reduzir os atritos próprios das discussões políticas e pavimentar os caminhos desbravados com muito trabalho e respeito, no caminho do enaltecimento do Ministério Público.

A CONAMP integra inúmeros fóruns e frentes de atuação, inclusive o CDES - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, órgão de consulta da Presidência da República, como único representante do Ministério Público nacional.

Graças aos pioneiros e às sucessivas administrações, conseguimos hoje atingir um patamar de respeito e importância sem precedentes, podendo afirmar, sem ufanismo, que não há qualquer discussão política ou de relevante interesse social no país sem a participação efetiva e determinante da CONAMP. Achamos que por isso, também, os pioneiros se surpreenderiam.

Certamente. E, em razão disso, preparamos o Relatório Anual de Atividades de 2008, apresentando os inúmeros desafios e obstáculos que foram gradativamente superados, graças à união da Diretoria, do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal, das Diretorias Regionais e à capacidade e responsabilidade de todos, num clima pacífico e harmônico, contando com a participação efetiva de Celso Jerônimo de Souza, Eduardo Tavares Mendes, Carlos Fábio Braga Monteiro, Marcelo Moreira dos Santos, Rosemary Cardoso de Andrade, Norma Angélica Reis Cardoso, Francisco Gomes Câmara, Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Carlos Alberto Cantarutti, Almiro Gonçalves da Rocha, Lauro Machado Nogueira, Benedito Torres, José Antônio Borges Pereira, Marcelo Ferra de Carvalho, Paulo Cezar dos Passos, José Silvério Perdigão de Oliveira, Fabíola Fernandes Faheína Ferreira, Maria Tereza Uille Gomes, Cesar Bechara Nader Mattar Junior, João Arlindo Corrêa Neto, Charlie Chan de Oliviera, José do Egito Barbosa, Geraldo Margela Correia, José Vladimir da Silva Acioli, Miguel Bandeira Pereira, Marcelo Lemos Dornelles, Rinaldo Reis Lima, Oscar Hugo de Souza Ramos, José Eduardo Ciotola Gussem, Nicanor Medici Fischer; Marcelo Lima de Oliveira, Rodney Pereira de Paula, Ricardo Fontanella, Márcio Rosa da Silva, Rui Carlos Kolb Schiefler, Washington Epami-

nondas Medeiros Barra, Deijaniro Jonas Filho, José Maria da Silva Júnior, José Antônio Malta Marques, Luis Gonzaga Martins Coelho, Emerson Garcia, Abel Antunes de Mello, José Emmanoel de Souza Gagno, Marcelo Ulisses, Otávio de Souza Gomes, Alexandre César Fernandes Teixeira, Gilton Feitosa, Juarez Chastinet e Lais Teixeira Cavalcanti.

O ano de 2009 se rompe com ameaça de crises de ordem econômica e social, com reflexos políticos e, sabemos antecipadamente, qualquer alteração no curso natural das coisas aumenta sensivelmente as dificuldades institucionais e o Ministério Público tem sido reconhecido pela sociedade como a última porta para correção das injustiças e ilegalidades. Portanto, a complexidade do futuro deve ser vista como um desafio a ser encarado com profissionalismo, seriedade, qualidade, responsabilidade e, acima de tudo, a união de todos.

Temos uma história repleta de sucesso, construída pelas diretorias chefiadas por Oscar Xavier de Freitas, Ferdinando de Vasconcelos, Joaquim Cabral Neto, José Pereira da Costa, Luis Antonio Fleury Filho, Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo, Paulo Moura, Voltaire Lima de Moraes, Milton Riquelme de Macedo, Achilles de Jesus Siquara Filho, Marfan Martins Vieira e João de Deus Duarte Rocha, a quem rendemos as maiores homenagens. Cada um, a seu tempo e a seu modo, diante das dificuldades surgidas, junto com seus Diretores e uma legião de colegas anônimos, mas que atuaram com a mesma vontade e pertinácia, conseguiu sucesso graças à união fraterna e o trabalho em equipe.

Queremos partilhar com todos eles o que hoje somos. Os números que apresentamos, a relação das atividades desenvolvidas, a atuação nas mais diferentes frentes, a participação nos mais variados eventos, enfim, a credibilidade conquistada e a mobilidade que conseguimos desenvolver dão uma dimensão do que se pode conseguir com o trabalho de equipe.

O que fizemos foi dar seqüência àquelas administrações construtivas, e aqui peço escusas pela reiteração, mas não poderia silenciar, sob pena de prevaricar com minha consciência e deixar de registrar minha eterna gratidão à Norma Angélica, ao César Mattar e ao Rui Schiefler, pelo apoio constante e trabalho invejável, verdadeiro exemplo de dedicação à CONAMP e à sua história de lutas e conquistas. Quanto a isso, os pioneiros não se surpreenderiam.

**JOSÉ CARLOS COSENZO**  
Presidente





---

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP desenvolveu inúmeras atividades durante o ano de 2008, dando continuidade também à ampla discussão dos vários temas que já estavam sendo analisados em 2007, como o combate a corrupção, ao foro privilegiado e ao nepotismo, atuou de forma constante junto ao CNMP e ao CNJ, acerca de temas como modificações na Lei Eleitoral, continuidade da Reforma do Judiciário, aperfeiçoamento da Lei de Responsabilidade Fiscal, reajuste dos subsídios e restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS), dentre outros mais que serão detalhados no presente relatório e esteve presente em dezenas de atividades institucionais e políticas como eventos, audiências públicas e reuniões, ora como organizadora ou colaboradora, ora como participante ou apoiadora.

O site **[www.conamp.org.br](http://www.conamp.org.br)** foi acessado mais de 785.839 vezes desde a sua implantação.

# Reuniões e Eventos

Janeiro

## Posses

- Presidente da Associação Mato-Grossense do Ministério Público, Dr. José Antonio Borges Pereira
- Diretor da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, Dr. Mário de Magalhães Papaterra Limongi

## Reuniões diversas

- Visita do Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil – AMB à CONAMP
- Almoço com o Presidente da União de Vereadores, Sr. Sebastião Misiara

## Congresso Nacional

- Reunião com o Deputado José Mentor (PT/SP) - Pauta: organizar audiência pública para projeto de repatriamento de capitais

## Eventos

- Inauguração do Plenário do Conselho Nacional de Justiça

Fevereiro

## Posses

- Presidente da Associação Goiana do Ministério Público, Dr. Lauro Machado Nogueira
- Ouvidor do Ministério Público de Minas Gerais, Dr. Mauro Flávio Ferreira Brandão

## Reuniões diversas

- Congresso Brasileiro das Carreiras de Estado
- Conselho Deliberativo da CONAMP em Belo Horizonte
- Organização do Seminário de Juízes, Promotores e Advogados Eleitorais
- Assembléia Geral de criação do FONACATE

## Congresso Nacional

- GT Penal e Processo Penal - Ministra Maria Thereza Rocha de Assis Moura

## Eventos

- Sessão Solene de Abertura do Ano do Judiciário de 2008, no STF - Brasília
- Solenidade comemorativa dos 15 anos da Lei Orgânica do Ministério Público - Belo Horizonte
- Assinatura dos Convênios da Campanha “O que você tem a ver com a corrupção?” com a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – CONFENEN e com a Confederação Nacional dos Diretores Lojistas
- Ato de assinatura da Portaria de Consignação à TV Justiça
- Palestra do ministro Renaud Denoix de Saint-Marc no STF

Março

Abril

**Reuniões diversas**

- MCCE
- Audiência com Estefânia Viveiros, presidente da OAB/DF
- Assembléia Geral Extraordinária da CONAMP
- FONACATE

**Congresso Nacional**

- GT de Consolidação da Legislação Penal – deputado Flávio Dino (PCdoB/MA)
- CPI das Escutas Telefônicas – audiência pública e acompanhamento das reuniões

**Eventos**

- Inauguração do Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
- Entrevista na TV Justiça, TV Brasília e TV OAB
- Fórum da TV Justiça e lançamento da campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”
- Sessão solene de posse do Ministro Gilmar Mendes como Presidente do STF
- Cerimônia de abertura do Seminário “Juizes e Tribunais: Perspectivas da História da Justiça no Brasil”

**Posses**

- Diretoria, Conselho Fiscal e Diretorias Regionais da CONAMP
- Procuradores-Gerais de Justiça, Dr. Miguel Vieira da Silva/MS, Dra. Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz/Militar e Dr. Fernando Grella Vieira/SP

**Reuniões diversas**

- MCCE
- Reunião do Fórum da Cidadania para a Reforma Política – OAB
- CONGRESSO NACIONAL – Solenidade de abertura do Seminário “Consolidação da Legislação Material Trabalhista”
- Reunião com Dep. Vicente Arruda (PEC 184/07)
- Reunião com o Senador Jayme Campos (PLC 61/03)
- Audiência Pública para debater o papel da CLP no Orçamento da União

**Eventos**

- Solenidade de entrega do Prêmio Mérito Lojista 2007
- Cerimônia de Abertura do XIII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho
- XXVII Encontro Estadual do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
- Jantar de encerramento do XII Congresso Nacional de Procuradores do Trabalho
- Palestra no Departamento Jurídico da Vale
- Comemoração às recentes conquistas da TV e Rádio Justiça
- Seminário de Juizes, promotores e advogados eleitorais
- Jusmed – Campos do Jordão. Palestra “Os médicos e o combate à corrupção. Uma participação mais efetiva do setor”
- Lançamento da campanha “O que você tem a ver com a corrupção?” no Rio Grande do Norte e adesão da CGU
- Lançamento oficial da Conferência de Superação da Violência e Promoção da Paz

## Maio

### Posses

- Procurador-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo, Dr. Fernando Antonio Zardini
- Presidente e Diretoria da AMPERN, Dr. Rinaldo Reis Lima
- Presidente e Diretoria da ANPT, Dr. Fábio Leal

### Reuniões diversas

- MCCE
- 39ª Reunião do Grupo Nacional de Educação Fiscal – ESAF
- Reunião do Conselho Superior do Inovare
- Ato de Desagravo na AMPERJ em favor do PGJ Marfan Martins Vieira
- CONAMP, ANPR, ANAMATRA, AJUFE, ANPT e AMB para mobilização contra elevação da idade da aposentaria compulsória de 70 para 75 anos

### Congresso Nacional

- Lançamento no Senado Federal da campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”
- CONAMP/ANPR - Café da manhã com o PGR e os deputados José Eduardo Cardozo, Carlos Sampaio, Antonio Carlos Biscaia, Flavio Dino, Vieira da Cunha (mais outros 19 deputados) e o senador Demóstenes Torres
- Seminário “Repatriamento de Capitais”
- Seminário FGTS 41 anos
- Palestrante na Audiência Pública da Câmara dos Deputados sobre Foro Privilegiado

### Eventos

- Gravação de entrevista para o Sindireceita
- Palestra da Sra. Georgina Theodora Wood, Presidente da Gana no STF
- Lançamento da 2ª etapa da campanha Mude um Destino da AMB
- CDES - Seminário Reforma Tributária e a Oficina Indicadores Tributários
- Lançamento do V Prêmio Inovare TJ-RS/ TJ-PE
- Abertura do IV SENAJE – MCCE
- Abertura do I Congresso Consad de Gestão Pública
- Comemoração dos 15 anos da LC 75/93 (ANPR)
- Solenidade de assinatura do termo de cooperação técnica entre CNJ e o CNMP
- Ato solene de inauguração do retrato do desembargador Gilberto Passos de Freitas
- XI Encontro Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

Junho

Julho

**Posses**

- AJUFE, Dr. Fernando Mattos
- ANAPE
- STJ, Ministro Mauro Luiz Campbell Marques

**Reuniões diversas**

- MCCE e entrega do Anteprojeto de Lei ao Ministro do TSE, Ayres Britto
- Reunião CONAMP e AJUFE na Secretaria da Reforma do Judiciário
- Reforma Judiciário na SRJ/MJ

**Congresso Nacional**

- Audiência Pública, tema: “Criação do Conselho Nacional de Assuntos Comunitários”

**Eventos**

- Lançamento em RO/GO/CE/MT/TO da campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”
- VIII Congresso Estadual do Ministério Público de Minas Gerais
- 26ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES
- Lançamento do V Prêmio Innovare, TJ-AC/ TR-SP
- Palestra Encontro no Xingó, tema: Problemas Institucionais do MP Brasileiro
- Entrevista Rádio Justiça sobre mudanças no Código Penal
- Palestra “o Crime Organizado na Visão da Convenção de Palermo”
- Lançamento da campanha “Eleições Limpas – Pelo Voto Livre e Consciente”
- I Seminário de Direito Penal e Processual Penal da Associação Amazonense do MP, tema: “Crimes contra a Administração Pública”
- Lançamento do “Ranking dos Juízes” do Sistema de Justiça Aberta no STF

**Posses**

- Procurador-Geral de Justiça do DF, Dr. Leonardo Azeredo Bandarra

**Reuniões diversas**

- Jovita José Rosa - Unasus
- Jantar com o Advogado-Geral da União José Antonio Dias Toffoli para avaliação do Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado
- FONACATE
- Audiência com Secretário de Reforma do Judiciário - PEC 358 (Ref. do Judiciário)
- Reunião com o Ministro da Justiça e outros convidados para apresentação do projeto de Reforma Política
- Entrega de Nota Técnica sobre PL da blindagem de escritórios de advocacia ao ministro Tarso Genro e Sec. Reforma do Judiciário Rogério Favretto
- Almoço na CNBB sobre a Reforma Eleitoral
- Reunião com Dr. José Antonio Dias Tóffoli sobre o PLC 36/2006 - direito à inviolabilidade do local e instrumentos de trabalho do advogado, bem como de sua correspondência (Blindagem de escritórios de advocacia)

**Congresso Nacional**

- Entrevista na TV Câmara sobre PL 3770/08 (Restrições a ausência de réu afiançado do domicílio)

**Eventos**

- Lançamento em SC da campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”

## Agosto

**Posses**

- AMPPE, Presidente Dr. Geraldo Margela Correia
- AMPEP, Presidente Dr. César Bechara Mattar Junior
- ANMPM, Presidente Marcelo Weitzel Rabello de Souza

**Reuniões diversas**

- MCCE - Coletiva sobre ADPC 144 (vida pregressa de candidatos)
- Reunião com Presidente da República em exercício, José Alencar, Dr. José Antonio Dias Tóffoli e Assessoria Jurídica
- FONACATE
- Julgamento da ADPF nº 144 da AMB e “*Amicus Curiae*” da CONAMP
- Ato de Desagravo em favor do promotor Daniel Lima Ribeiro e do Ministério Público brasileiro
- MCCE – mobilização nacional campanha Ficha Limpa
- Audiência pública sobre o conteúdo da campanha “Eleições Limpas” no TSE
- 3ª Reunião - Reforma da Justiça com o Secretário da Reforma do Judiciário Rogério Favreto

**Congresso Nacional**

- Entrevista na TV Câmara sobre PL 3770/08 (Restrições a ausência de réu afofado do domicílio)

**Evento**

- Lançamento em MG/PR da campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”
- IX Congresso Estadual do MP/RS
- Solenidade de entrega de comendas da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho TST
- 2ª Reunião - Reforma da Justiça
- VI Encontro do Ministério Público no Cariri/CE
- Palestra sobre “Como Construir um Brasil sem Corrupção”
- Workshop na PGR para discutir o Programa Nacional de Modernização do M.P
- Entrevista para o Jornal da Unafisco (Santos), com Wellington Feijó, pres. do sindicato, sobre Lei Orgânica do MP.
- II Congresso da ANPM – discussão sobre a constitucionalização da carreira, prerrogativas e atribuições dos procuradores municipais
- Inauguração de ampliação e reforma da Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso
- XXX Encontro Catarinense do MP
- VI Conferência dos Advogados do Distrito Federal

Setembro

Outubro

**Posses**

- Procurador-Geral de Justiça do Amazonas, Dr. Otávio de Souza Gomes
- Presidente do CNPG, Dr. Leonardo Azeredo Bandarra

**Reuniões diversas**

- Reunião com Dr. Rogério Favreto
- Almoço com Luis Cláudio Ferreira, da Editora Fórum, para tratar da Conferência Nacional das Carreiras Típicas, organizada pelo FONACATE

**Eventos**

- Conferência de 20 Anos da Constituição Federal: Democracia, Poder Judiciário e Interpretação Constitucional na ANAMATRA
- Exposição “O Supremo e o Cidadão” no STF
- Sessão Solene de Homenagem ao Eminentíssimo Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence no STF
- Inauguração Galeria de Presidentes da FASIBRA e SINAIT
- Entrevista ao programa Fala Eleitor da Rádio Tupi sobre campanha “Ficha Limpa”
- Palestra na Semana do MP/RS
- Homenagem pelo Centenário de Nascimento dos Senhores Ministros Eloy da Rocha e Carlos Medeiros no STF
- Seminário sobre a Lei de Defesa do Consumidor do Contribuinte do DF na OAB/DF
- Palestra no FOR-JUS Tema: Combate à Corrupção Eleitoral
- Homenagem pelo centenário de nascimento dos Senhores Ministros Bilac Monteiro e Barros Monteiro no STF
- I Simpósio Distrital de Direitos Humanos

**Posses**

- Diretoria da Vale
- Ministro Benedito Gonçalves no STJ

**Reuniões diversas**

- Solenidade de entrega da Carta proposta para o plano de enfrentamento à violência e à criminalidade no Brasil
- FONACATE

**Congresso Nacional**

- Reunião da CPI da Pedofilia no Senado Federal
- Reunião Pública IDEC – Assembléia Legislativa de São Paulo

**Eventos**

- Lançamento no ES da campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”
- Seminário Brasileiro sobre Advocacia Pública
- Festa de lançamento da CIPAE – Comunidade de Inteligência Policial
- Seminário comemorativo dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos no TST
- Audiência Pública sobre Precatórios
- II Seminário – O Quinto Constitucional e a Promoção da Justiça na OAB/DF
- Palestra no evento Dr. Ney Prado tema: M.P x M.P a efetividade dos controles internos e externos
- Sessão Solene em homenagem aos 35 anos da ANPR
- VII Congresso Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – CONFISP
- XI Congresso Nacional da UNAFISCO – palestra tema: Lei Orgânica do Fisco – Uma Administração Tributária Autônoma e Independente
- Ciclo de Palestras – Inclusão Social da Pessoa com Deficiência – Direitos Cíveis e Trabalhistas
- Seminário sobre o 4º Relatório do IPCCXXV No Palácio do Planalto
- Encontro Nacional dos Procuradores da República – Debate sobre a nova lei do abuso de Autoridade

**Posses**

- Procurador-Geral de Justiça do PI, Dr. Augusto Cezar de Andrade

**Reuniões diversas**

- 28ª Reunião do Pleno do CDES
- Reunião da Diretoria do FONACATE
- III Reunião do Grupo de Trabalho sobre do Segurança Pública e Criminalidade – CDES
- Reunião do CDES - GT Educação Profissional e Tecnológica

**Congresso Nacional**

- Audiência Pública na CSPCCO sobre o PL 4209/01 – investigação criminal
- Reunião do Programa do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados “O Peixe e a Arte de Pescar”

**Eventos**

- Seminário “Crédito Tributário e o Interesse Público fazendo as escolhas certas – Lei Geral de Transação e IPI – Crédito-Prêmio – Ficto”
- Seminário: A Jurisdição do PAC - São Paulo
- Solenidade de Entrega das Comendas da Ordem do Mérito do Ministério Público Militar
- VI Encontro Nacional de Promotores de Justiça da Defesa da Ordem Tributária
- Fórum de Debates da Academia Brasileira de Direito Civil e II Simpósio Sobre Direito Civil: Novos Caminhos
- Colóquio Sobre Aviação
- IV Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça (CONBRASCOM)
- XX Conferência dos Advogados
- VII Torneio Nacional de Futebol Society do Ministério Público – Bonito/MS
- XXV Encontro Nacional dos Juízes Federais do Brasil/RN
- IV Encontro Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Fisco Estadual e Distrital/BA
- 2º Encontro Sul Brasileiro de Juízes e Procuradores – palestra/SC

## Dezembro

### Posses

- ACMP, Presidente Dr. Rui Carlos Kolb Schiefler
- Procurador-Geral de Justiça de MG, Dr. Alceu Torres Marques
- Diretoria da AMP/RS, Presidente Dr. Marcelo Dornelles
- Diretoria da ATMP, Presidente Dr. Edson Azambuja

### Reuniões diversas

- FONACATE
- 2ª Reunião do GT Educação profissional, Técnica e Tecnológica do CEDS

### Congresso Nacional

- Visita ao Senador Demóstenes Torres do presidente da CONAMP e dos Conselheiros do CNMP
- Debate geral: A Melhoria do Sistema de Combate à Corrupção realizado pela Frente Parlamentar de Combate à Corrupção
- Acompanhamento e reuniões com líderes partidários e parlamentares durante todo o processo para inclusão na pauta e votação, na Câmara dos Deputados, dos projetos de lei que tratam dos subsídios

### Eventos

- I Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão
- Cerimônia de entrega do Prêmio Congresso em Foco 2008/DF
- Comemoração dos 35 anos da ANPR
- Congresso Cuiabá/MT
- Lançamento do Plano Estratégico do Ministério Público do Estado de Goiás
- Jantar de confraternização de Fim de Ano de 2008 da AMMP (MT)
- Solenidade Comemorativa do Dia Internacional Contra a Corrupção
- Jantar de confraternização de Final de Ano da AJUFE
- Solenidade de entrega da 2ª edição do Prêmio ANAMATRA de Direitos Humanos e festa anual de confraternização
- I Encontro em Defesa do SUS com o tema: O Fortalecimento do Controle Interno
- Cerimônia de premiação do INNOVARE
- Comemoração ao Dia Nacional do Ministério Público – Entrega da Medalha Ordem ao Mérito ao Ministro Carlos Ayres Brito, ao conselheiro Raimundo Nonato de Carvalho e a Luís Gonzaga Martins Coelho
- Comemoração do Dia Nacional do Ministério Público, II Congresso Jurídico da AMPERJ/FEMPERJ e entrega do Colar do Mérito da AMPERJ
- Bahia – Congresso MP
- V Prêmio AMB de Jornalismo

## Atividades Políticas

### V Prêmio Inovare

O Prêmio Inovare é uma realização do Instituto Inovare e conta com o apoio do Ministério da Justiça, por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário, da Associação Nacional do Ministério Público - CONAMP, da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, da Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP, da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE, da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e da Vale.

A realização do **Prêmio Inovare** propicia a identificação de novas e melhores práticas do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, resultante numa importante demonstração do rico e diversificado universo criativo, do comprometimento e do profissionalismo que tornam o sistema judiciário mais eficiente.

São soluções simples que estão auxiliando na resolução de grandes problemas e o Prêmio Inovare vai além da simples identificação e premiação dos autores, estimula a multiplicação destas práticas, realizando uma grande modernização na Justiça Brasileira.

A cerimônia de premiação foi realizada no dia 11 de dezembro no Salão Nobre do Palácio do Planalto, com a presença do Vice-Presidente da República, José Alencar, do Presidente do STF, Gilmar Mendes, do Ministro da Justiça, Tarso Genro e do Ministro da AGU, José Antonio Tóffoli, além dos presidentes da AMB, AJUFE, ANADEP e OAB.



Fotos: CONAMP

## Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado - FONACATE

O Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado é integrado por 26 entidades abaixo relacionadas:

### Presidência

---

- **CONAMP** – José Carlos Cosenzo

### Secretaria-geral

---

- **FEBRAFITE** - Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais
- **ADB** - Associação dos Diplomatas Brasileiros
- **ADEPOL** - Associação dos Delegados de Polícia do Brasil
- **ADPF** - Associação Nacional dos delegados de Polícia Federal
- **AJUFE** - Associação dos juízes Federais do Brasil
- **AMEBRASIL** - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil
- **ANADEP** - Associação Nacional dos Defensores Públicos
- **ANAMATRA** - Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho
- **ANAPE** - Associação Nacional dos Procuradores de Estado
- **ANPU** - Associação Nacional dos Defensores Públicos da União
- **ANFIP** - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
- **ANMP** - Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social
- **ANPM** - Associação Nacional dos Procuradores Municipais
- **ANPR** - Associação Nacional dos Procuradores da República
- **AUDITAR** - União dos Auditores Federais de Controle Externo
- **FENAFIM** - Federação Nacional dos Auditores Fiscais de Tributos Municipais
- **FENAFISCO** - Federação Nacional do Fisco Estadual
- **FENAFISP** - Federação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
- **SINAIT** - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- **SINAL** - Sindicato Nacional dos funcionários do Banco Central

- **SINDILEGIS** - Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do TCU
- **UNACON** - União Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle
- **UNAFE** - União dos Advogados Públicos Federais do Brasil
- **UNAFISCO REGIONAL** - Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
- **UNAFISCO** - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

### Constituição

---

Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, o FONACATE é uma associação civil, confederativa, integrada exclusivamente por entidades nacionais associativas e sindicais, representativas de carreiras ou de categorias funcionais que desenvolvam atividades essenciais e exclusivas do Estado nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no âmbito do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, regendo-se pelas formas, cláusulas e condições estabelecidas através de Estatuto.

### Objetivos

---

Sem prejuízo da representatividade própria das entidades afiliadas em relação aos seus associados, prevista em seus respectivos estatutos, tem por finalidade:

- I – Promover a unidade, a harmonia, a coesão e a solidariedade das entidades que o integram, entre si e com o próprio Fórum
- II – Defender os regimes próprios de previdência social integralmente públicos e estatais, nos moldes do art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003, para as Carreiras Típicas do Estado
- III – Estimular o debate e a busca de alternativas para as questões institucionais das entidades afiliadas e dos servidores públicos a elas pertencentes e para os temas sociais e da cidadania
- IV – Divulgar as orientações, normas, deliberações e informações de interesse das entidades afiliadas
- V – Promover convênios e pesquisas com universidades, institutos de pesquisa, fundações, associações, organizações não governamentais e entidades congêneres, nacionais ou não, em matérias de interesse comum

- VI – Promover e apoiar campanhas institucionais compatíveis com as suas finalidades
- VII – Contribuir para o aperfeiçoamento científico, cultural e profissional dos membros e servidores públicos das entidades afiliadas
- VIII – Produzir e distribuir material audiovisual, gráfico e literário, bem como difundir projetos educativos, culturais, sociais e artísticos visando a integração informativa, cultural, educativa, econômica, social e administrativa de assuntos do interesse das entidades afiliadas
- IX – Representar, judicial e extrajudicialmente, os direitos e interesses profissionais, institucionais e corporativos comuns, bem como os interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos das entidades afiliadas, podendo, para tanto, ajuizar mandado de segurança, individual ou coletivo, mandado de injunção, ação direta de inconstitucionalidade e outras medidas judiciais e extrajudiciais, resguardada a legitimação e as representatividades específicas de cada uma das entidades afiliadas
- X – Atuar como substituto processual das entidades afiliadas
- XI – Promover a mediação entre as entidades afiliadas em dissídios internos de interesse comum
- XII – Colaborar com os Poderes de Estado dos entes federativos, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução de questões e problemas que se relacionem às carreiras ou categorias funcionais que desenvolvam atividades essenciais e exclusivas do Estado
- XIII – Defender o Estado Democrático de Direito, preservando os direitos e garantias fundamentais, individuais e coletivos, e os princípios constitucionais da Administração Pública

## Realizações

---

- Vários eventos já foram realizados, sendo que o último foi o Congresso Brasileiro de Carreiras de Estado, realizado em Brasília, DF
- O presidente da CONAMP, José Carlos Cosenzo, foi eleito, por unanimidade, presidente do Fórum, para o biênio 2008/2009
- O Fórum concluiu e registrou oficialmente seu Estatuto no dia 14 de agosto, e se consolida como pessoa jurídica

## Próximos passos

---

Com a criação da estrutura administrativa instalada no Edifício Palácio do Rádio, em Brasília-DF, iniciou-se a fase de implementação das atividades. Dentre elas destacamos:

- Implantação de *Clipping* e Boletim com as principais notícias do dia, contendo temas que são de interesse de todas as entidades afiliadas ao FONACATE, abordados pelos jornais impressos, eletrônicos e revistas de grande circulação no país, podendo ser consultado também no site [www.fonacate.org.br](http://www.fonacate.org.br)
- Desenvolvimento da campanha “Qualidade no Serviço Público”, que tem o objetivo de valorizar o agente político como forma de melhorar a qualidade dos serviços prestados pela administração pública
- Realização da Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado, prevista para 27, 28 e 29 de abril de 2009, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães – Auditório Planalto, em Brasília, onde pretende proporcionar a discussão ampla de temas comuns às carreiras

Dentre os temas que deverão ser discutidos estão:

- Eficiência e eficácia da administração pública: novas perspectivas do controle
- Atividades estatais indelegáveis e prerrogativas das carreiras de Estado
- Regulação estatal independente
- Defesa da moralidade administrativa
- Dever de fundamentação e o direito fundamental à boa administração pública: melhoria da qualidade dos serviços públicos
- Reformas necessárias: possibilidades e limites
  - a) A questão tributária
  - b) A questão previdenciária
  - c) A questão do excesso de burocracia
  - d) A questão processual
  - e) A questão política

- Ação sistêmica das carreiras de Estado
- Constituição: o que falta concretizar
- Em fase de análise do PL 4497/01, de autoria da deputada Rita Camata (PMDB/ES), que trata dos termos e limites do exercício do direito de greve pelos servidores públicos. O estudo deve ser entregue ao relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, deputado Geraldo Magela (PT/DF)
- Em fase de análise do PL 1992/07, do Poder Executivo, que institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais. A matéria está na Comissão de Trabalho e Serviço Público da Câmara, aguardando parecer do relator, deputado Nelson Marquezelli (PTB/SP), desde 20 de setembro de 2007

Abaixo fotos da visita dos integrantes do FONACATE ao Presidente do Congresso Nacional, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN).



Fotos: CONAMP

## Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES

Os membros do CDES são designados por ato formal do Presidente da República para mandato de dois anos, escolhidos entre trabalhadores, empresários, integrantes de movimentos sociais e do governo e personalidades expressivas de diversos setores. O número de membros permanentes não pode ser superior a  $\frac{1}{4}$  dos seus integrantes.

O processo de criação do CDES não partiu de projeto prévio, adveio de uma das várias reuniões temáticas ocorridas no período de transição do governo Lula, mobilizando mais de trezentas pessoas entre representantes dos sindicatos e federações patronais e de trabalhadores, grandes empresários, lideranças de movimentos sociais e associações, leigas e religiosas, além de personalidades, onde se propôs o desenho de um conselho com as características atuais do CDES. Cerca de 200 entidades propuseram formalmente sua intenção de integrar o Conselho, compondo mais de 400 nomes, dentre os quais foram escolhidos os seus membros.

Para nomeação dos integrantes, o Presidente da República busca combinar, em um processo de escolha focado no indivíduo, representatividade setorial, abrangência social e reconhecido saber. Participam do CDES 102 conselheiros, assim representados:

- Ministros de Estado Chefes da Casa Civil, da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Gabinete de Segurança Institucional
- Ministros de Estado da Fazenda; do Planejamento, Orçamento e Gestão; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; do Desenvolvimento Social e do Trabalho e Emprego; do Meio Ambiente; das Relações Exteriores e o Presidente do Banco Central
- Noventa cidadãos brasileiros e respectivos suplentes, maiores de idade, de ilibada conduta e reconhecida liderança e representatividade, designados pelo Presidente da República para mandatos de dois anos, facultada a recondução

**INSTITUIÇÃO ▼**

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego .....

MMA - Ministério do Meio Ambiente .....

MRE - Ministério das Relações Exteriores .....

PR - Casa Civil .....

MF - Ministério da Fazenda .....

BC - Banco Central do Brasil .....

Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República .....

PR/SRI - Secretaria de Relações Institucionais .....

PR- Secretaria Geral .....

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior .....

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social .....

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão .....

Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República .....

Grupo Pão de Açúcar .....

UBC - União Brasileira de Cegos .....

Martins Comércio e Serviços Distribuição S.A. ....

J Macedo S.A. ....

Empresas Trevisan .....

Centro Universitário Anhanguera .....

Sindicato dos Eletricitários de São Paulo .....

Grupo Telefônica do Brasil .....

CGTB - Central Geral dos Trabalhadores do Brasil .....

Unisol Brasil .....

CUT - Central Única dos Trabalhadores .....

Projeto Catende Harmonia .....

Universidade Candido Mendes .....

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil .....

**CONSELHEIRO ▼**

**Carlos Lupi**

**Carlos Minc Baumfeld**

**Celso Amorim**

**Dilma Rousseff**

**Guido Mantega**

**Henrique Meirelles**

**Jorge Armando Félix, Gen.**

**José Múcio Monteiro**

**Luiz Dulci**

**Miguel João Jorge Filho**

**Patrus Ananias**

**Paulo Bernardo**

**Roberto Mangabeira Unger**

**Abilio Diniz**

**Adilson Ventura**

**Alair Martins do Nascimento**

**Amarílio Proença de Macêdo**

**Antoninho Trevisan**

**Antonio Carbonari Netto**

**Antônio Carlos dos Reis (Salim)**

**Antonio Carlos Valente da Silva**

**Antônio Neto**

**Arildo Mota Lopes**

**Artur Henrique**

**Bruno Ribeiro**

**Candido Mendes**

**Cezar Britto**

**INSTITUIÇÃO ▼**

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos .....
Companhia Suzano de Papel e Celulose .....
FEQUIMFAR - Federação dos Trab. nas Ind. Quím. e Farm. do Estado de São Paulo .....
- .....
CUT - Central Unica dos Trabalhadores .....
CNBB - Cáritas Brasileira .....
Sindicato dos Empregados em Centrais de Abastecimento de Alimentos do Estado de São Paulo .....
BANCO ABN AMRO REAL S.A. ....
CNF - Confederação Nacional das Instituições Financeiras .....
- .....
Klabin .....
ANCAB - Associação Nacional das Empresas Concessionárias de Aeroportos Brasileiros .....
Nestlé Brasil Ltda .....
Valisere .....
ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores .....
SINDNAPI - Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas , Pensionistas e Idosos da Força Sindical .....
ANCEABRA - Associação Nacional dos Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros .....
Fenaseg-Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização .....
CUT - Central Unica dos Trabalhadores .....
Fórum Nacional .....
Conselho Indígena de Roraima .....
Grupo Gerdau .....

**CONSELHEIRO ▼**

<b>Clemente Ganz Lúcio</b>
<b>Daniel Feffer</b>
<b>Danilo Pereira da Silva</b>
<b>Delfim Netto</b>
<b>Denise Motta Dau</b>
<b>Dom Luiz Demetrio Valentini</b>
<b>Enilson Simões de Moura (Alemão)</b>
<b>Fabio Barbosa</b>
<b>Gabriel Ferreira</b>
<b>Germano Rigotto</b>
<b>Horacio Piva</b>
<b>Humberto Eustáquio Mota</b>
<b>Ivan Zurita</b>
<b>Ivo Rosset</b>
<b>Jackson Schneider</b>
<b>João Batista Inocentini</b>
<b>João Bosco Borba</b>
<b>João Elisio Ferraz de Campos</b>
<b>João Felício</b>
<b>João Paulo dos Reis Velloso</b>
<b>Joênia Batista Carvalho</b>
<b>Jorge Gerdau Johannpeter</b>

**INSTITUIÇÃO ▼**

Sindicato dos Metalúrgicos Osasco .....

FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social .....

Pecuarista .....

CONAMP - Associação Nacional dos Membros do Ministério Público .....

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC .....

Sucocítrico Cutrale .....

ANSIMPI - Associação Nacional de Sindicatos da Micro e Pequena Indústria .....

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação .....

Conselho Nacional dos Seringueiros .....

UGT - União Geral dos Trabalhadores .....

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais .....

UNE - União Nacional dos Estudantes .....

Fort Knox .....

Magazine Luiza .....

ACP - Associação Comercial do Pará .....

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura .....

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras .....

UNICA - União da Indústria da Cana-de-Açúcar .....

Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ....

Maubisa Agricultura Ltda e Usina Moema .....

Arko Advice Pesquisas .....

Força Sindical .....

Universidade Federal da Bahia .....

Brasil Ecodiesel Ind. E Com. de Biocombustíveis e Óleos Vegetais S/A .....

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social .....

**CONSELHEIRO ▼****Jorge Nazareno Rodrigues****José Antônio Moroni****José Carlos Bumlai****José Carlos Cosenzo****José Lopez Feijóo****José Luis Cutrale****Joseph Couri****Juçara Dutra****Júlio Aquino****Laerte Teixeira da Costa****Lincoln Fernandes****Lúcia Stumpf****Luiz Carlos Delben Leite****Luiza Helena Trajano****Lutfala Bitar****Manoel José dos Santos de Serra****Márcio Lopes de Freitas****Marcos Jank****Maurício Botelho****Maurílio Biagi Filho****Murillo de Aragão****Nair Goulart****Naomar Monteiro de Almeida Filho****Nelson José Côrtes da Silveira****Oded Grajew**

**INSTITUIÇÃO ▼**

ABDIB - Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base.....

CBIC - Camara Brasileira da Industria da Construção.....

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.....

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso.....

FIERGS - Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul.....

Avicultura e Agropecuária-Avipal S/A; Associação Gaúcha de Avicultura .....  
- ASGAV

BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias; Instituto de .....  
Responsabilidade Social e Ambiental

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.....

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo.....

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.....

AMB - Associação dos Magistrados Brasileiros.....

Nutritional; FIEPR.....

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras.....

ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais.....

PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.....

Dudalina S/A.....

-.....

SINDUSCON-BA - Sindicato da Indústria da Construção do Estado da .....  
Bahia

Associação Laramara - Associação Brasileira de Assistência ao .....  
Deficiente Visual

Fundação Casa de Rui Barbosa.....

Instituto Ayrton Senna.....

Diretório Estadual do PMDB de Minas Gerais.....

Pastoral da Criança.....

**CONSELHEIRO ▼**

**Paulo Godoy**

**Paulo Simão**

**Paulo Skaf**

**Paulo Speller**

**Paulo Tigre**

**Paulo Vellinho**

**Raymundo Magliano**

**Ricardo Paes de Barros**

**Ricardo Patah**

**Robson Braga de Andrade**

**Rodrigo Collaço**

**Rodrigo Loures**

**Rozani Holler**

**Sérgio Haddad**

**Sérgio Rosa**

**Sônia Regina Hess de Souza**

**Tânia Bacelar**

**Vicente Mattos**

**Victor Siaulys**

**Virgilio Costa**

**Viviane Senna**

**Zaire Rezende**

**Zilda Arns**

## Constituição

---

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES - é um órgão majoritariamente composto por membros da sociedade civil brasileira, de caráter consultivo da Presidência da República, onde aposta fundamentalmente na perspectiva de colaborar na definição dos grandes rumos do País de forma compartilhada e democrática.

O diálogo social qualifica e viabiliza um projeto de desenvolvimento de longo prazo, como expressão da síntese possível dos valores e interesses predominantes, orientadores das ações de Governo e assumidos pela sociedade. Tem o papel de colaborar na formação do juízo político do Governo, como instituição representativa da sociedade, cujo maior desafio é estabelecer o diálogo entre as diversas representações da sociedade civil a fim de se discutir as políticas públicas e propor as medidas necessárias para alavancar o crescimento do País.

O presidente da Associação Nacional do Ministério Público - CONAMP, José Carlos Cosenzo, é um dos 90 líderes da sociedade civil, sendo o único representante do Ministério Público brasileiro.

## Objetivos e Realizações

---

O CDES, no desenvolvimento de seu papel de interlocutor entre o governo e a sociedade, visa a propor políticas específicas, concertar ações sobre temas relevantes e remover os entraves administrativos, legais e financeiros que impedem o desenvolvimento econômico e social do país. Permite ouvir a sociedade, analisar propostas e estudar os caminhos para o consenso – diálogos regionais. Em resumo, o objetivo é discutir as principais questões nacionais e elaborar propostas que sirvam de base para as políticas públicas e para os programas do governo.

O trabalho organiza-se em Reuniões Plenárias, Grupos de Trabalho e Grupos de Acompanhamento, com agendas definidas a partir de demandas do governo ou dos conselheiros. Também fazem parte do Conselho 13 ministros de Estado.

Atualmente estão sendo realizadas reuniões para tratar dos seguintes temas:

- Balanços de Atividades – estão disponíveis no site todas as atividades realizadas desde 2003
- Grupo de Acompanhamento da Conjuntura Econômica - acompanha as políticas macroeconômicas e sua relação com a retomada do desenvolvimento econômico
- Reuniões Regionais – assuntos diversos como a aplicação do PAC
- Grupo de Acompanhamento das Políticas Sociais
- Grupos de Trabalho - inicialmente denominados Grupos Temáticos, foram criados para discutir temas específicos, propostos pelos conselheiros que têm a oportunidade de aprofundar a discussão dos temas, realizar debates e construir uma posição compartilhada. Em alguns casos, juntam-se aos GTs representantes de governo, que possam ajudar o grupo a construir uma proposta sólida, que incorpore o máximo de informações possíveis sobre os temas em questão, sendo ainda uma oportunidade para se exercer o diálogo e aperfeiçoar o processo de construção de consensos
- Colóquios - Temas relevantes que se constituem em demandas dos Conselheiros são tratados em Colóquios, reunindo os atores interessados no tema com o objetivo de gerar entendimentos e encaminhamentos para a solução de conflitos
- Disseminação do Diálogo Social - Os diálogos são implementados por meio de metodologias de articulação e planejamento coletivo (atores governamentais e não-governamentais), a partir de uma demanda real, com foco e territórios previamente identificados
- Outros Eventos - como Seminários Temáticos e Mesas-redondas, sempre contando com a participação de lideranças e especialistas nacionais e internacionais, do Governo e/ou da sociedade civil, nas diversas áreas de atuação
- Parecer sobre Reforma Política – dentre as decisões tomadas sobre o tema, está a em que cada liderança compromete-se a manter vivo o debate, contribuindo para que o conjunto da sociedade possa se posicionar sobre ele, de modo a dar continuidade a esse processo, não se esgotando apenas nas decisões mais recentes do Congresso Nacional
- Grupos de Trabalho em andamento - Agenda da Infraestrutura; Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel; Reforma Tributária e Reforma Política
- Publicações do CDES - Agenda Nacional de Desenvolvimento; Anais do Seminário da Reforma Política; Anais dos Seminários Novos Indicadores de Riqueza; CDES: Relatório de Atividades 2007; Folheto Institucional: O que é o CDES; Folheto Institucional: Portal do CDES; Observatório da Equidade: Relatório de Observação n.º 2

## Próximos passos

O CDES e o Conselho Nacional de Economia e Trabalho da Itália – CNEL (*Consiglio Nazionale dell'Economia e del Lavoro*) irão elaborar um convênio para trocar experiências e aperfeiçoar as técnicas de combate à criminalidade. A decisão conjunta foi tomada após reunião do grupo interinstitucional de trabalho coordenado pelo presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP, José Carlos Cosenzo, que é conselheiro do CDES, e único representante do Ministério Público brasileiro.

O tema central do encontro foi *Segurança Pública e Combate à Criminalidade*. O conselheiro Marcello Tocco, do CNEL, apresentou a experiência do Observatório Sócio-econômico para a Criminalidade da Itália, sendo que, posteriormente, iniciou a discussão de temas como apreensão de bens, lavagem de dinheiro e tecnologias para monitoramento de território e redução da violência. Ao final, ficou decidido que as relações entre Brasil e Itália devem ser aprofundadas, para que o combate à criminalidade seja mais efetivo nos dois países, daí a necessidade do convênio de cooperação. Os termos e condições do convênio ainda serão elaborados.

Participaram também da reunião o Secretário Nacional de Justiça, Romeu Tuma Júnior, o Secretário Nacional de Segurança Pública, Ricardo Brisolla Balestreri, o Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Cezar Britto e o Secretário-executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Telles, entre outros conselheiros e convidados.



Fotos: CONAMP

## Fórum Nacional Permanente de Segurança Pública - FONASEG

Criado para unir todos os seguimentos representativos dos operadores e da sociedade civil de interesse da segurança pública do país, tendo em vista a necessidade de articulação nacional, visando o aprimoramento das instituições, das leis e das condições dignas de trabalho, a fim de assegurar a efetiva prestação de serviço de segurança pública, com qualidade, para a sociedade.

### Diretoria Executiva

---

**Presidente:**

Cel. Paulo José Martins dos Santos – DF

**Vice-presidente:**

José Carlos Cosenzo – MP

**Vice-presidente regional:****Sul:**

Cel. Sigfrido Maus – SC

**Norte:**

Cel. Flaviano Gomes Melo – PA

**Sudeste:**

Cel. Salvador Petinato neto – SP

**Nordeste:**

Cel. Francisco José de Lima – CE

**Centro-Oeste:**

Ten. Cel. Valdeci Terra – MS

**Tesoureiro:**

Cel. Admir Correia de Santana – DF

**Secretário geral:**

Cel. Mauro Manoel Brambila – DF

**Conselho Fiscal:**

Cel. Oscar Soares da Silva – DF

Cel. José Guilherme de Moraes Neto – RJ

Major Civaldo Florencio da Silva – DF

**Conselho Estratégico Institucional**

Desembargador Alvaro Lazzarini – SP

Procurador Antonio Carlos Bigonha – DF

Promotor João Barcelos de Souza Junior – RS

Cel. Milton Cardoso Ferreira de Souza – SP

Cel. Juiz Fernando Pereira – SP

Cel. Zeder Gonçalves do Patrocínio – MG

Cel. Abelmidio Sá Ribas – PR

Ten. Cel. Elias Miler da Silva – SP



Foto: CONAMP

## Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral – MCCE

A CONAMP é uma das fundadoras do MCCE que hoje conta com 37 entidades:

### Entidades

---

<b>ABRAMPPE</b>	Associação Brasileira de Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais
<b>ABONG</b>	Associação Brasileira de ONGs
<b>AJUFE</b>	Associação dos Juízes Federais
<b>AMB</b>	Associação dos Magistrados Brasileiros
<b>AJD</b>	Associação Juízes para a Democracia
<b>AMPASA</b>	Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde
<b>ANPT</b>	Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho
<b>CONAMP</b>	Associação Nacional dos Membros do Ministério Público
<b>APCF</b>	Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais
<b>ANPR</b>	Associação Nacional dos Procuradores da República
<b>CÁRITAS</b>	Cáritas Brasileira
<b>CUT</b>	Central Única dos Trabalhadores
<b>CBJP</b>	Comissão Brasileira Justiça e Paz
<b>CONAM</b>	Confederação Nacional das Associações de Moradores
<b>CNTE</b>	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
<b>CONTAG</b>	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
<b>CNBB</b>	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
<b>CFC</b>	Conselho Federal de Contabilidade
<b>CONFEA</b>	Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
<b>CFF</b>	Conselho Federal de Farmácia
<b>COFFITO</b>	Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional
<b>CONIC</b>	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
<b>CNS</b>	Conselho Nacional de Saúde

<b>CONTER</b>	Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia
<b>CRISCOR</b>	Cristãos Contra a Corrupção
<b>FENAFISCO</b>	Federação Nacional do Fisco Estadual
<b>FENAJ</b>	Federação Nacional dos Jornalistas
<b>IBASE</b>	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
<b>INESC</b>	Instituto de Estudos Sócio-Econômicos
<b>IFC</b>	Instituto de Fiscalização e Controle
<b>ETHOS</b>	Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social
<b>MPD</b>	Movimento do Ministério Público Democrático
<b>OAB</b>	Ordem dos Advogados do Brasil
<b>RITS</b>	Rede de Informações para o Terceiro Setor
<b>UNAFISCO</b>	Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal
<b>SINDICAL</b>	Voto Consciente
<b>UNASUS</b>	União Nacional dos Auditores do SUS

## Constituição

Instituído durante o período eleitoral de 2002, o Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral é composto por 37 entidades e sua atuação se estende por todo o País. Com sede em Brasília, acompanha de perto a atuação do Tribunal Superior Eleitoral e mantém contato com os responsáveis pela adoção de medidas que favoreçam a lisura do processo eleitoral em todo o Brasil, competindo-lhe acompanhar a criação e a manutenção dos trabalhos dos Comitês Estaduais do MCCE.

## Objetivo

O objetivo do comitê é fiscalizar a aplicação da Lei 9.840 / 1999, a primeira e única de iniciativa popular, garantindo assim eleições limpas em todo o país. O MCCE possui hoje mais de 200 comitês regionais em todo o Brasil, que o auxiliam no acompanhamento do processo eleitoral e na divulgação e prática das iniciativas do movimento.

## Realizações

---

A atuação do MCCE vem obtendo grandes conquistas, dentre elas a cassação de mais de 623 políticos por corrupção eleitoral, a promoção de coletivas de imprensa, o lançamento de campanhas educativas e a deflagração de diversas outras iniciativas, das quais destacamos:

**TSE** - Coletiva de imprensa sobre a decisão do TSE que anulou processo movido contra o governador de Santa Catarina. Nessa reunião o MCCE esteve representado pela CONAMP, CNBB e ABRAMPPE, que manifestaram sua decisão de trabalhar para reverter a decisão que anulou o processo desde o seu início, por 4 votos a 3, devido à ausência de notificação ao vice-governador para apresentar sua defesa. Ele é acusado de uso eleitoral da máquina administrativa na divulgação da propaganda institucional, entre outras irregularidades. O argumento utilizado foi o de que existiria um dano ao princípio constitucional da ampla defesa do vice, já que, caso a ação seja julgada procedente, ele perderá o mandato junto com o chefe do Executivo estadual.

**SENAJE** - Realização do IV Seminário Nacional de Juízes, Promotores e Advogados Eleitorais, promovido pelo MCCE, onde estiveram presentes na abertura do evento o presidente da CONAMP, José Carlos Cosenzo, o secretário-geral Rui Schiefler e o assessor especial Marcelo Ferra. A solenidade foi realizada em Brasília, na sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. O evento reuniu integrantes do MP, magistrados e advogados, para o debate de temas relacionados ao Direito Eleitoral, Justiça Eleitoral e ética nas eleições, com a presença de diversos especialistas como o ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Fernando Neves, o Conselheiro do CNMP, Nicolao Dino, o presidente da ABRAMPPE, Márlon Reis e o presidente do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral – Ibrade, Torquato Jardim.

**CAMPANHA FICHA LIMPA** - A campanha começou com a entrega ao Presidente do TSE, Ministro Carlos Ayres Britto, do Projeto de Lei de iniciativa popular que proíbe a candidatura de políticos condenados, processados ou que tenham renunciado para fugir de cassações, com participação ativa do presidente da CONAMP, José Carlos Cosenzo, e entidades do MCCE. O texto prevê o impedimento de concorrer a cargos

eletivos para quem for condenado em primeira ou única instância ou quem tiver contra si denúncia recebida por órgão judicial colegiado pela prática de crime ou, ainda, quem renunciar a seu mandato para não ser casado. Pelo projeto, o TSE não poderá aprovar a candidatura nesses casos. Por ser uma proposta de iniciativa popular, para que possa tramitar no Congresso Nacional, a Constituição Federal estabelece a necessidade de coleta de assinaturas, através de abaixo-assinado, de pelo menos 1% da população brasileira, o que corresponde a cerca de 1,3 milhão de eleitores.

**REGISTRO DA CANDIDATURA** - O MCCE acompanhou todo o processo de julgamento da Ação por Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF n.º 144, movida pela Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, para permitir que juízes eleitorais possam negar registro de candidatura a políticos que respondam a processos ou tenham condenações em primeira instância. A CONAMP ingressou nos autos como “*amicus curiae*”. No dia do julgamento, o MCCE divulgou **Carta Pública** alertando os Ministros do STF sobre o risco de se utilizar, de forma errada, o princípio da presunção da inocência para tratar da vida pregressa dos candidatos políticos e sobre o precedente que poderia ser aberto se o Supremo negasse o pedido.

Além da apresentação da Carta, foi realizada uma coletiva de imprensa onde estiveram presentes os presidentes da CONAMP, José Carlos Cosenzo, da AJUFE, Fernando Cesar de Mattos, da ANPR, Antonio Carlos Bigonha, o presidente em exercício da AMB, Carlos Dell’Orto, e o secretário-geral da CNBB, Dom Dimas Lara Barbosa.

Após a votação da ADPF, o MCCE divulgou nova Carta Pública, agora sobre a decisão tomada pelo STF, liberando a candidatura para políticos que tenham processos em andamento ou que tenham sido condenados em ações não transitadas em julgado, ou seja, em que ainda cabe recurso. Segundo o documento, o resultado do julgamento, baseado nos preceitos constitucionais e nas leis vigentes no país, demonstrou a necessidade urgente da aprovação de novos mecanismos legais para impedir a investidura em cargos eletivos de pessoas com antecedentes judiciais. Ainda na carta, o MCCE convocou a sociedade brasileira a assinar o Projeto de Lei elaborado pelo movimento, que impede a candidatura de políticos condenados em primeira instância e com processos em andamento.

## Próximos passos

**COLETA DE ASSINATURAS PARA O PL:** Continua a Mobilização Nacional para agilizar a coleta de assinaturas para o Projeto de Lei de iniciativa popular que proíbe a candidatura de políticos condenados, processados ou que tenham renunciado para fugir de cassações. Na última contagem realizada antes das eleições, haviam sido colhidas e conferidas 350.000 assinaturas.



Foto: TSE



Foto: Agência Brasil

## Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado

Evento coordenado pela Escola da Advocacia-Geral da União, com o apoio institucional da CONAMP, AJUFE, ANPR, ANAMATRA, ANPT, AMB, ADPF, UNAFE, ANAJUR, TV Justiça, ADEPOL, ANAPE, ANPM, AMAJUM, AMPCOM, Universidade de Brasília, ANMPM e AGU, teve como objetivo integrar as Carreiras Jurídicas de Estado num debate amplo, focado no atendimento ao cidadão, buscando melhorar os serviços estatais, considerando-se a primazia do interesse público e a unicidade do próprio Estado.

A CONAMP participou de jantar organizado pela AGU para fazer um balanço das atividades e traçar as primeiras coordenadas para a realização do próximo congresso previsto para 2010.

Para mais informações, visite o site [www.carreirasjuridicas.com.br](http://www.carreirasjuridicas.com.br)



Foto: AGU

## Presidência da República – PR

### Lei da blindagem de escritórios de advogados - veto

Após reuniões com entidades representativas do Ministério Público e da magistratura, o governo sancionou a Lei 11.767/08, que trata da inviolabilidade dos escritórios de advocacia, deixando de fora 3 parágrafos do texto original: 5º, 8º e 9º. Os trechos vetados impediam a investigação policial nos escritórios e garantiam a inviolabilidade total dos documentos ou possíveis provas de um crime que um cliente pudesse eventualmente esconder no local de trabalho do advogado, inclusive em computadores.

Foram realizadas reuniões com representantes de nove entidades, dentre elas a CONAMP, com José Carlos Cosenzo, o Ministério da Justiça, com Tarso Genro, a Advocacia-Geral da União, com Antonio Dias Toffoli e a Presidência da República, com o presidente em exercício, José Alencar. Além disso, foi elaborada nota técnica sugerindo o veto total ao projeto de lei que poderia estimular a impunidade e teria sua constitucionalidade contestada nos tribunais.



Fotos: CONAMP

### Reformas Penal e Processual Penal

A CONAMP esteve presente no Palácio do Planalto para a cerimônia de sanção presidencial dos projetos de lei sobre a reforma do processo penal, que faziam parte do Pacto pela Reforma do Judiciário.

## Ministério da Justiça - MJ

### Pacto da Reforma do Judiciário

---

#### Objetivo

Foi criado na Secretaria da Reforma do Judiciário um grupo de trabalho com diversas entidades representativas das carreiras jurídicas de Estado, para discutir o novo “Pacto da Reforma da Justiça”, que inclui, dentre outros temas, a retomada da discussão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 358, em tramitação no Congresso Nacional.

A construção do “Novo Pacto” está dentro das prioridades do Ministério da Justiça e terá a participação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A CONAMP foi a única entidade a entregar as suas reivindicações, na forma de Notas Técnicas, reafirmando sua inflexível posição contrária ao Foro Privilegiado e à favor da eleição direta, pela classe, dos Procuradores-Gerais de Justiça. Além disso, a entidade se destacou por apresentar os quadros comparativos, material solicitado pelo Ministério da Justiça e demais participantes do evento, sendo, ainda, nossa Assessoria Parlamentar convidada a participar das reuniões com os demais assessores técnicos da Secretaria da Reforma do Judiciário.

#### Surgimento

O primeiro Pacto de Estado em favor de um Judiciário mais rápido e republicano foi assinado em Brasília, no dia 15/12/04, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Senador José Sarney, Presidente do Senado, pelo Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados e pelo Ministro Nélson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal. O texto enumerava 11 compromissos que seriam adotados pelos três poderes com o objetivo de tornar o Poder Judiciário mais eficiente e acessível à população. Para que estes compromissos pudessem ser efetivados, houve a necessidade de se encaminhar ao Poder Legislativo diversas proposições, além de dar seguimento a várias outras em tramitação, nas esferas Processual Trabalhista, Civil e Penal, de Emenda Constitucional e alguns projetos sugeridos e encaminhados pelo Ministério da Justiça. Foram relacionados 23 projetos no total, dos quais 18 já se tornaram lei.

## Próximos passos

---

Os temas normativos para o Pacto de Estado, remanescentes da PEC Paralela, foram divididos por áreas e analisados pontualmente, destacando, pela ordem, as prioridades, bem como o posicionamento – favorável ou contrário – além de ser ressaltado se o texto irá à promulgação ou retornará para apreciação do Senado Federal, conforme as modificações propostas pelas Casas Legislativas. Outro ponto sem consenso e que poderá ficar para posterior discussão refere-se ao requisito de ser integrante da carreira do Ministério Público Federal para se ocupar o cargo de Procurador Geral da República (128, §1º), tendo em vista ser esta a única carreira do Ministério Público da União compatível com tal função, além da limitação na possibilidade de recondução para apenas mais um mandato, são os principais itens.

Após a sustentação da necessidade de se lutar pelo relevante interesse da sociedade, por unanimidade, foi acolhida a proposta da CONAMP, pela rejeição ou exclusão da discussão sobre o fatiamento da proposta que trata do FORO PRIVILEGIADO.

A redação contendo as propostas sugeridas e a análise da assessoria da SRJ, já está em apreciação pela CONAMP, para posterior redação final e início das articulações no Congresso Nacional.



Foto: CONAMP



Foto: Kameni Kuhn

## Reforma Política

---

### Objetivo

A CONAMP foi a única representante do Ministério Público convidada pela Secretaria de Relações Institucionais do Ministério da Justiça a participar, apresentando sugestões, da concepção do anteprojeto de lei da Reforma Política. Foi realizada uma reunião, com a presença de integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, além de outras entidades convidadas, para propor que as sugestões fossem apresentadas em forma de Projeto de Lei e não como Proposta de Emenda Constitucional, ressaltando, ainda, os três principais pontos mais importantes da discussão, que são o financiamento público de campanhas, a fidelidade partidária e a formação de listas fechadas nas eleições, que mudaria o sistema atual de votação direta em candidatos para votação em partidos.

Falando em nome da CONAMP e do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – MCCE, o presidente José Carlos Cosenzo ressaltou a necessidade de se realizar uma reforma ampla e não apenas mudanças pontuais, incluindo a aprovação urgente da proibição da candidatura de políticos envolvidos em processos na Justiça.

A idéia foi discutir estes e outros pontos polêmicos para se tentar concluir, até o fim de julho, o texto do Executivo para ser encaminhado ao Congresso Nacional.



Fotos: CONAMP

## Realizações

O Executivo acabou encaminhando ao Congresso Nacional, no dia 27 de agosto, os três eixos que considera fundamentais para a reforma política, com os quais se pretende alcançar o que classificou de “grandes objetivos”: o combate à corrupção e às estruturas institucionais permeáveis à corrupção; transparência; fim do abuso do poder econômico nas campanhas eleitorais; desvinculação de interesses entre grandes financiadores e candidatos eleitos; incremento qualitativo da representatividade em detrimento do clientelismo e do personalismo; busca pela isonomia nas campanhas eleitorais, com dispêndios financeiros menos díspares entre os candidatos; redução drástica dos custos de campanha; reforço aos partidos políticos efetivamente representativos e o debate programático e ideológico.

## Administração

Neste ano a entidade investiu principalmente em tecnologia e iniciou sua reestruturação com a ampliação do quadro de pessoal, antecipando a reorganização necessária para a mudança da Sede Executiva, que ocorrerá em 2009, para o Edifício Brasil XXI. Foram adquiridos novos equipamentos de informática, executadas reformas para adequação do imóvel contíguo, proporcionando amplo e confortável espaço aos demais Diretores e integrantes do Conselho Deliberativo, além da Sala de Reuniões.

Foram feitos investimentos em uma nova e moderna central telefônica, totalmente digital e que será posteriormente transferida para a nova sede, novos equipamentos eletrônicos para fotografia, necessários à assessoria de imprensa, além de atualizações dos programas de computador.

## Assessoria de Imprensa

As atividades da Assessoria de Imprensa da CONAMP seguem três linhas de trabalho: divulgação da CONAMP na grande mídia, na mídia especializada e no trabalho de comunicação interna.

Desde fevereiro deste ano, a Assessoria de Comunicação conta com uma profissional contratada diretamente pela CONAMP, que está à disposição da entidade em tempo integral, acompanhando as reuniões do Conselho Deliberativo, atendendo a imprensa em geral e das associações estaduais, participando de eventos junto com o presidente e a diretoria da entidade, atualizando o site com notícias extraídas das entidades afiliadas, tirando fotos, entre outras atividades específicas à área.

## Mídia

---

A CONAMP manteve-se em destaque em 2008 em toda a mídia nacional, sendo que a frequência de pedidos de entrevistas e de citações foi maior nos seguintes meios de comunicação: Consultor Jurídico, Última Instância, Agência Brasil, Rádio Justiça, TV Justiça, TV Câmara, Jornal do Brasil, O Globo, Valor Econômico, Jornal do Brasil, Globonews, entre outros.

Durante o ano de 2008, o Clipping Eletrônico confeccionado pela empresa Clipex identificou 400 registros em que a CONAMP foi citada direta ou indiretamente, em reportagens e ou entrevistas concedidas por seus integrantes. O número é 86% maior do que o de 2007, quando houve apenas 215 registros.

Entre os temas de maior repercussão sobre a CONAMP ou junto aos integrantes da entidade, destacam-se campanhas de apelo populacional, iniciativas em conjunto com outras entidades, participação em eventos ou audiências sobre temas polêmicos e ajuizamento de ações. A seguir destacamos alguns dos assuntos que mais estimularam a procura pela CONAMP e a divulgação de suas atividades:

### **Projeto de Lei 36/2006 (“blindagem” de escritórios de advocacia)**

A CONAMP, em parceria com a Associação dos Juizes Federais do Brasil – Ajufe, a Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR, a Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, a Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM, a Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA, a Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal – ADPF e a Associação Nacional dos Procurado-

res do Trabalho – ANPT, atuou para evitar a sanção do texto integral do Projeto de Lei n.º 36/2006, que alterava o artigo 7º da Lei 8.906/94, o Estatuto da Advocacia, proibindo o cumprimento de mandados de busca e apreensão expedidos por juízes durante investigações criminais em escritórios de advocacia.

As entidades elaboraram Nota Técnica e se reuniram com diversas autoridades, dentre elas o Ministro da Justiça, Tarso Genro, o Advogado-Geral da União, Antonio Dias Toffoli, e o presidente da República em exercício, José Alencar. O PL acabou sancionado com vetos aos trechos que impediam a investigação policial nos escritórios e garantiam a inviolabilidade total dos documentos ou possíveis provas de um crime que um cliente pudesse eventualmente esconder no local de trabalho do advogado, inclusive em computadores.

### **Campanha *Ficha Limpa***

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – MCCE, do qual a CONAMP faz parte, lançou, em maio, a campanha *Ficha Limpa*, com a elaboração de um Projeto de Lei de iniciativa popular que sugere mudanças na Lei Complementar 64/90, a Lei de Inelegibilidades, proibindo a candidatura de quem for condenado em primeira ou única instância ou quem tiver denúncia por prática de crime aceita pelo Judiciário ou, ainda, quem renunciar ao mandato para não ser cassado. A proposta foi entregue ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, Ministro Carlos Ayres, pelo presidente da CONAMP, José Carlos Cosenzo, pelo Secretário-Geral da CNBB, Dom Dimas Lara Barbosa, e pelo presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Antonio Carlos Bigonha, entre outros. Desde o início da campanha, mobilizações nacionais vêm sendo realizadas em todo o país para a coleta de assinaturas.

### **ADPF 144 (vida pregressa de candidatos)**

O Supremo Tribunal Federal – STF julgou, em agosto, improcedente pedido para permitir que juízes eleitorais pudessem barrar a candidatura de políticos que respondem a processos ou que tenham condenação em primeira instância. O pedido foi formulado na Ação por Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 144, da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB. Ingressaram como *amicus curiae* a CONAMP,

a Associação dos Juizes Federais do Brasil – Ajufe e a Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR, na busca de evitar que o STF declarasse a aplicação do princípio da presunção legal de inocência em matéria eleitoral. Dois dias antes do julgamento foi realizada uma coletiva de imprensa, com a participação do presidente da CONAMP, para divulgação de carta pública, alertando o STF para a importância de se levar em conta o princípio da precaução quando se trata da vida pregressa de candidatos. Toda a imprensa esteve presente à coletiva e também ao julgamento no Supremo.

### **Projeto “O que você tem a ver com a corrupção?”**

No dia 16 de março, foi lançado nacionalmente o projeto “O que você tem a ver com a corrupção?”, de iniciativa da CONAMP. Cerca de quinhentas pessoas participaram do evento, entre elas procuradores, promotores magistrados, presidentes de associações, advogados, parlamentares, crianças, adolescentes, os atores Milton Gonçalves, José Wilker, Murilo Rosa e Armando Babaioff e o atleta Alberto Bial, que também aderiram ao projeto. O lançamento atraiu toda a imprensa, que continuou a procurar a CONAMP para repercutir o assunto durante todo o ano. O projeto “O que você tem a ver com a Corrupção?” foi criado para atingir principalmente as crianças e adolescentes e tem caráter educativo, buscando conscientizar a sociedade a partir de um diferencial que é o incentivo à honestidade e transparência das atitudes do cidadão comum, destacando atos rotineiros que contribuem para a formação do caráter.

### **Comunicação Interna**

---

Participações da Diretoria em reuniões, audiências públicas, comissões e visitas ao Congresso Nacional e CNMP, assim como ao Judiciário e Executivo compõem o link “notícias” do site da CONAMP. Visitas à sede da entidade, temas relacionados ao desempenho das atividades do *parquet*, como as Reformas Constitucionais e Infraconstitucionais, de interesse da classe, eventos, mensagens da Diretoria, pesquisas, eleição, entre outros assuntos, são divulgados no site da CONAMP e ao público interno. Artigos enviados por membros do Ministério Público são periodicamente inseridos no site, assim como as demandas internas que necessitem ser divulgadas por membros do MP, como mudanças nas presidências das associações, Congresso Virtual Nacional, etc.

A Assessoria de Imprensa ainda atende à demanda dos jornalistas e demais funcionários das Associações do MP, encaminhando fotos, textos, agendando entrevistas e auxiliando no material solicitado.

## Assessoria Parlamentar

A continuidade dos trabalhos de monitoramento, informação e acompanhamento de processos nos tribunais superiores, no Conselho Nacional de Justiça e principalmente no Conselho Nacional do Ministério Público e de proposições no Congresso Nacional no ano de 2008, resultaram em discussões e subsídios importantes para o *parquet*.

Para facilitar a consulta e a divulgação de informações foram elaborados inúmeros CDs contendo todo o material necessário sobre os principais temas em discussão, bem como a atualização de todas as atividades em que a entidade esteve presente, e entregues nas reuniões do Conselho Deliberativo da CONAMP.

A CONAMP acompanhou todas as reuniões, ordinárias e extraordinárias realizadas pelo CNMP, desde sua implantação, enviando a pauta antecipadamente e informando, na mesma data em que ocorrem, todas as decisões tomadas por aquele colegiado. Independentemente das reuniões, todos os procedimentos de interesse das entidades são monitorados pela Assessoria Parlamentar e cientificados imediatamente de sua integral tramitação.

Além disso, todas as atividades realizadas pela entidade, bem como as informações das proposições e processos mais importantes, com seus pareceres, notas técnicas e demais instrumentos jurídicos, são encaminhados continuamente, via e-mail, para todas as entidades.

Com isso, estamos atingindo o objetivo anteriormente proposto pela Diretoria, para que as associações afiliadas tenham conhecimento com maior celeridade, de todos os temas importantes para o *parquet*.

## A) PODER LEGISLATIVO

Durante este ano foram levantadas proposições de interesse da instituição, sendo que aproximadamente **1.100** estão identificadas como as mais importantes e receberam por parte das entidades solicitação de acompanhamento e efetiva atuação.

Ressaltamos que todas as propostas foram informadas e discutidas em reuniões, encaminhadas a todas as entidades por intermédio de Proposições Novas e dos Informes Legislativos (aproximadamente **25**) e de CDs contendo material completo de todos os temas mais importantes que estão sendo discutidos no Congresso.

### i) Reformas Constitucionais

As reformas constitucionais estão praticamente paradas, em virtude de falta de acordo, sendo que as mais importantes estão na **Câmara dos Deputados**, conforme abaixo relacionadas:

#### **PEC 358/05 – Reforma do Judiciário**

2006 - Desde 20 de dezembro, quando foi aprovada, na calada da noite, na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, a matéria aguarda a inclusão na Pauta do Plenário. Diversos parlamentares apresentaram requerimento solicitando esta inclusão, mas não há previsão por falta de acordo das lideranças. Na Secretaria da Reforma do Judiciário iniciou nova discussão para um possível fatiamento, aprovando somente os pontos acordados.

#### **PEC 441/05 – Reforma da Previdência**

*Parada aguardando a criação de Comissão Especial.* Outra proposta importante é a **PEC 555/06** que trata da Contribuição dos Inativos, aprovada na CCJ em 03/10/07, foi criada a CESP em 29/11/07 sendo que até o momento não foi instalada.

**PEC 549/06 – Equiparação salarial dos Delegados de Polícia**

De autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) concede aos Delegados de Polícia o direito à remuneração por intermédio do subsídio, previsto no § 4º, do art. 39, da Carta Magna, equivalente à retribuição pecuniária paga aos Membros do Ministério Público, que participam da persecução criminal preliminar.

2006 - A matéria foi apresentada em junho. Neste período a CONAMP realizou reunião com o então Presidente da Comissão de Justiça (CCJ) da Câmara, deputado Sigmaringa Seixas, sendo que, posteriormente, ficou parada, chegando a ser arquivada no final da legislatura.

2007 - O autor foi reeleito e solicitou seu desarquivamento. Com a mudança na presidência da CCJ, foi designado relator o deputado Régis de Oliveira (PSC/SP), que aprovou em 12 de junho seu parecer pela admissibilidade.

Foi então criada a Comissão Especial (CESP) e, no dia 12 de setembro, aprovado o parecer favorável do relator, deputado Regis de Oliveira (PSC/SP), contra o voto do deputado Vieira da Cunha (apresentado a pedido da CONAMP). O Dr. Aristides Junqueira elaborou Nota Técnica a pedido da CONAMP, encaminhada a todos os membros da CCJ e da CESP.

A matéria foi incluída e retirada da pauta do Plenário por várias vezes e não há acordo.

**PEC 157/03 – Convoca Assembléia de Revisão Constitucional**

A matéria foi aprovada em 24/05/06 na Comissão Especial e aguarda, desde então, a inclusão na pauta da Ordem do Dia de Plenário. Também não há acordo para votação. Em 16/07/08 foi apensada à PEC 554/97, sobre o mesmo tema e que também está aguardando apreciação pelo Plenário.

**PEC 457/05 – Aposentadoria Compulsória**

De autoria do Senado Federal, foi aprovada em 07/06/06 na Comissão Especial. Chegou a ser incluída na Ordem do Dia de Plenário para votação, mas, também por falta de acordo, foi retirada.

Diversos parlamentares apresentaram requerimento solicitando novamente a inclusão na pauta de Plenário, mas sem previsão de votação. A Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público, da qual a CONAMP faz parte, realizou na Câmara dos Deputados no dia 20 de maio ATO PÚBLICO CONTRA A PEC.

### **PEC 178/07 – Veda aposentadoria para perda de cargo de magistrado**

De autoria do deputado Raul Jungmann (PPS/PE), que dá nova redação aos arts. 93, 95 e 103-B da CF, para vedar a concessão de aposentadoria como medida disciplinar e estabelecer a perda de cargo de magistrado nos casos de quebra de decoro.

Na CCJ foi aprovado o parecer, pela admissibilidade, do deputado Regis de Oliveira (PSC/SP). Atualmente aguarda instalação de Comissão Especial.

### **PEC 59/95 – Criação do CNMP e controle externo**

De autoria do deputado José Maurício (PDT/RJ), foram apensadas mais seis propostas que pretendem alterar a CF visando, dentre outros pontos:

- Composição do CNMP: PGR, um do MPU, dois do MP dos Estados, dois advogados indicados pela OAB, dois juízes indicados pela AMB e dois Defensores Públicos,
- Em uma das propostas apensadas o controle externo deverá ser feito por um colegiado composto por integrantes do MP, da Polícia e da OAB
- A nomeação do PGJ pelo Governador, após a aprovação de seu nome pela Assembléia Legislativa e Distrital é uma das propostas.
- Formas diversas de eleição dos PGJ e suas reconduções

Na CCJ aguarda parecer do relator, deputado Marcelo Itagiba (PMDB/RJ). A CONAMP elaborou quadro comparativo contendo todas as propostas de modificações, tanto da proposta principal, quanto de suas apensadas.

**PEC 210/07 - CD e 21/08 – SF – Restabelece ATS para a magistratura e Ministério Público**

A PEC 210/07, do deputado Régis de Oliveira (PSC/SP) e a PEC 21/08, do senador Álvaro Dias (PSDB/PR), que restabelecem o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do Ministério Público.

A PEC 210 aguarda a criação e a instalação de Comissão Especial onde será aberto prazo para emendas e discussão do mérito, inclusive com a possibilidade da realização de audiência pública. No momento encontra-se na CCJ onde aguarda designação de relator (no SF a CCJ delibera sobre o mérito também, não existe CESP).

A CONAMP foi uma das entidades que participou da elaboração da PEC 210/07 em tramitação na CD.

**PEC 89/07 – Teto remuneratório para todos**

De autoria do deputado João Dado (PDT/SP), estabelece o mesmo teto remuneratório para qualquer que seja a esfera de governo.

Esta proposta está recebendo apoio para aprovação, pela Fenafisco, pois altera o inciso XI do art. 37 da CF, para que a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não excedam o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Na CCJ foi aprovado o parecer do relator, deputado Sérgio Brito (PMDB/RJ), pela admissibilidade. Atualmente, aguarda a criação de Comissão Especial, onde será aberto prazo para emendas e discussão de mérito, inclusive com a possibilidade da realização de audiência pública.

### **PEC 262/08 – 5º Constitucional**

De autoria do deputado Neilton Mulim (PR/RJ), altera os requisitos para nomeação de vagas nos Tribunais, acabando com o critério do quinto constitucional. Foi apensada a esta a PEC 290/08, do deputado Vital do Rêgo Filho (PMDB/PB), para determinar que, nas listas para preenchimento de cargos nos órgãos do Poder Judiciário, o Chefe do Poder Executivo deverá nomear o candidato mais votado. *Na CCJ foi designado relator o deputado Marcelo Itagiba (PMDB/RJ).*

### **PEC 189/07 – Nomeação de PGJ**

De autoria do deputado Praciani (PT/AM), altera dispositivos da CF que tratam da nomeação dos Procuradores-Gerais de Justiça (PGJ), alterando os §§ 3º e 5º do art. 128 da CF, prevendo, entre outros, que os MP dos Estados e do DF terão por chefe os PGJ, eleitos dentre um de seus integrantes, assegurado, além do disposto na lei respectiva, nomeação pelo Chefe do Executivo, depois de aprovada a escolha do nome pela maioria absoluta do Poder Legislativo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução. *Na CCJ foi designado relator o deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ).*

Obs.: Existem 11 PEC que tratam do mesmo tema:

- PEC 54/95 – há outras 9 PEC apensadas – Encontram-se na CCJ/CD, aguardando parecer do relator, deputado Marcelo Itagiba (PMDB/RJ)
- Foi apresentada a PEC 288/08, pela deputada Sueli Vidigal (PDT/ES), também apensada a PEC 54/95
- PEC 358/05 – que trata da Reforma do Judiciário – em discussão fatiamento

### **ii) Reformas Infraconstitucionais**

As Reformas infraconstitucionais também estão, em sua maioria, na **Câmara dos Deputados**, conforme abaixo relacionadas:

**PL 6745/06 – Possibilidade do delegado de polícia instalar e presidir os inquéritos civis**

De autoria do deputado João Campos (PSDB/GO) e Vicente Chelotti (PMDB/DF), foi apresentado em 15/03/06, chegando a ser arquivado no final da legislatura. Desde 12 de setembro de 2007 está na CCJ, aguardando apreciação do substitutivo do relator, deputado Marcelo Ortiz (PV/SP).

Após a apresentação de Nota Técnica pela CONAMP ao relator e aos integrantes da Comissão, o autor do projeto solicitou a retirada de pauta para análise pela CCJ.

**PL 2542/07 – Dispõe sobre a Atividade de Inteligência Privada**

De autoria do deputado José Genoino (PT/SP), pretende regulamentar e fiscalizar a atividade de inteligência privada, cabendo a ABIN exercer, em nome do Estado, o controle e a fiscalização, nos moldes do Departamento da Polícia Federal sobre as atividades de segurança, com o objetivo de impedir a proliferação de profissionais clandestinos e “inescrupulosos”.

A matéria está na Comissão de Economia, aguardando apreciação do parecer favorável do relator, deputado Fernando de Fabinho (DEM/BA).

**PL 7298/06 – Subsídio do PGR**

O PL original fixava o subsídio em R\$ 25.725,00. Na Comissão de Trabalho foi aprovado o substitutivo do relator, deputado Tarcísio Zimmerman (PT/RS) alterando o valor para **R\$ 25.189,28 (INPC)**. Na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) foi aprovado o parecer do relator, deputado Max Rosenmann (PMDB/PR) acatando a emenda da CTASP, ou seja, o subsídio mensal do PGR permaneceria em **R\$ 25.189,28**.

Para que não ocorresse diferença entre o STF e a PGR, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou o parecer do relator, deputado Roberto Magalhães (DEM/PE), pela constitucionalidade, ju-

ridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, com emenda modificativa, e acatamento da Emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Esta emenda modificativa calcula o subsídio mensal do PGR em **R\$ 25.269,73**.

Obs.: O valor fixado para os subsídios deverá ser rigorosamente igual para a Magistratura e para o Ministério Público.

A decisão ficou a cargo do Plenário para onde as matérias (PL 7297/06 – STF e PL 7298/06 – PGR) já estão aguardando apreciação. No dia 17 de dezembro de 2008 as propostas foram incluídas na pauta, mas não foram apreciadas, apesar de todos os esforços, conforme informado a todos. Lembrando, ainda, que deverão passar pelo Senado Federal antes de entrar em vigor.

#### **PL 265/07 – Responsabilidade para quem ajuíza ação civil pública com má-fé**

De autoria do deputado Paulo Maluf (PP/SP), altera as Leis n.º 4.717/65, 7347/85 e 8.429/92, de modo a deixar expressa a responsabilidade de quem ajuíza ação civil pública, popular e de improbidade temerárias, com má-fé, manifesta intenção de promoção pessoal ou visando perseguição política. A proposta visa a deixar expressa a responsabilidade de quem, principalmente do Ministério Público, ajuíza ação civil pública, popular e de improbidade temerária, com má-fé, manifesta intenção de promoção pessoal ou visando perseguição política.

A matéria foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, aguardando apreciação pelo Plenário. Atualmente foi apresentado o PL 3814/08, do deputado Bonifácio de Andrada (PSDB/MG), que prevê recesso ao órgão superior do próprio MP quando, em inquérito civil presidido por um de seus membros, causar lesão aos direitos do investigado.

O CNMP já apresentou Nota Técnica contrária à mesma. O deputado Flávio Dino apresentou emenda, a pedido da CONAMP, aprovada pela CCJ, excluindo a responsabilidade criminal.

**PL 3670/04 – Crime contra a ordem tributária**

De autoria do deputado Paulo Rubem Santiago (PT/PE), qualifica os Crimes contra a Ordem Tributária em crimes formais ou de mera conduta; revogando a extinção da punibilidade e a necessidade de decisão final para remessa de representação fiscal ao Ministério Público.

A matéria está na Comissão de Constituição e Justiça, aguardando apreciação do substitutivo do relator, deputado Nelson Trad (PMDB/MS). O deputado Silvinho Peccioli apresentou voto em separado, contrário à matéria.

O deputado Paulo Rubem Santiago solicitou a análise e possível apoio da CONAMP.

**PL 2825/03 – Terceirização dos serviços em estabelecimentos penais**

De autoria do deputado Sandro Mabel (PL/GO), autoriza a terceirização de serviços no âmbito dos estabelecimentos penais, incluindo os que se destinam à custódia de menores infratores e encontra-se na Comissão de Segurança Pública, aguardando parecer do relator, deputado Dep. Alexandre Silveira (PPS/MG).

**PL 5228/05 – Anistia fiscal aos recursos mantidos no exterior**

De autoria do deputado José Mentor (PT/SP), institui anistia fiscal sobre a legalização ou o repatriamento de recursos mantidos no exterior e não declarados, extinguindo a punibilidade dos delitos a eles relativos. Apensado ao PL 113/03.

O projeto encontra-se na Comissão de Finanças e Tributação aguardando apreciação do parecer contrário do relator, deputado Aelton Freitas (PR/MG). A CONAMP participou de seminário, a convite do relator, para se manifestar sobre a matéria e propor sugestões que serão incorporadas ao parecer. O deputado Arnaldo Madeira (PSDB/SP) apresentou voto em separado, também contrário a matéria.

**PDC 128/07 – Susta a aplicação do §1º do art. 4º da Resolução nº 20 do CNMP, que trata do controle externo da atividade policial**

De autoria do deputado Marcelo Itagiba (PMDB/RJ), foi distribuído às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Constituição e Justiça e de Cidadania (análise do mérito) além do Plenário. Na Comissão de Constituição e Justiça, foi aprovado o parecer favorável do relator, deputado Regis de Oliveira (o mesmo que aprovou na CESP a PEC dos Delegados). Atualmente, aguarda inclusão na pauta de Plenário.

Foi encaminhado a todos os parlamentares, das duas Comissões, Nota Técnica e votos em separado, elaborados em conjunto com a ANPR, contrários ao projeto, obtendo, assim, durante a votação, diversos apoios.

**PDC 322/07 – Susta a aplicação da Resolução nº 20 do CNMP (total)**

O deputado João Campos (PSDB/GO), apresentou na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado o Requerimento 66/07, que resultou nesse PDC. O PDC, de autoria da Comissão, está também, desde 10 de outubro, na Comissão de Constituição e Justiça, com o mesmo relator, o deputado Regis de Oliveira, que já apresentou parecer favorável, na forma de substitutivo.

Na época da votação do requerimento na CSPCCO a CONAMP, em conjunto com a ANPR e a pedido de diversos parlamentares, elaborou um voto em separado contrário a matéria, tendo em vista a forma com que a mesma foi aprovada. Mais de 9 parlamentares da Comissão assinaram o documento. Mesmo assim, foi rejeitado.

**PLP 217/04 – Transparência nas contas públicas**

De autoria do senador João Capiberibe (PSB/AP), acrescenta dispositivos à LC 101/00, e estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providên-

cias, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A matéria está aguardando apreciação pelo Plenário. A deputada Janete Capiberibe encaminhou à CONAMP ofício solicitando apoio à proposta.

### iii) Segurança Pública e Modificações no CP E CPP

O Congresso Nacional está discutindo diversas modificações no CP e no CPP para atenuar os problemas de segurança pública no País. Dentre os temas em análise, destacam-se 13:

- Tipificação penal para facções criminosas
- Penas maiores para atos contra a “incolumidade pública”
- Penas maiores nos casos de motim de presos
- Penas maiores para homicídios de policiais, magistrados, membros do Ministério Público e agentes prisionais
- Definição como falta grave a posse de celular, aparelho de rádio ou similar em prisões
- Obrigação das operadoras de celular impedirem a recepção do sinal em prisões
- Reparação de prejuízos causados por facções criminosas, prevendo-se a indisponibilidade dos bens do acusado
- Penas mais rigorosas para crimes hediondos
- Restauração do exame criminológico
- Extensão da delação premiada a condenados
- Subsídio habitacional para policiais e agentes prisionais
- Aumento do tempo de internação de menores que cometerem atos com violência ou grave ameaça à pessoa
- Mudanças do processo penal, com os PL 4207/01, 4203/01, 4205/01 e 4208/01

Foram criadas no Senado Federal e na Câmara dos Deputados grupos para tratar do tema:

## **Senado Federal**

### **Grupo de trabalho de Segurança Pública**

Coordenado pelo senador Demóstenes Torres, o grupo de trabalho foi criado pela CCJ para apresentar propostas na área de segurança pública.

### **Comissão externa para preparar anteprojeto do novo CPP**

Composta por 9 juristas, a comissão se reunirá mensalmente e terá prazo de 180 dias para apresentar o anteprojeto do novo CPP. Coordenada pelo ministro Hamilton Carvalhido, do STJ, tem como relator o procurador-regional da República Eugenio Pacelli.

## **Câmara dos Deputados**

### **Grupo de trabalho de Segurança Pública**

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - Coordenado pelo o deputado João Campos, conta com 7 deputados mais a CONAMP, AMB, ADEPOL, Defensoria Pública e o Ministério da Justiça, criado para discutir e preparar um substitutivo global, acordado por todos os parlamentares e entidades, com a finalidade de dar celeridade na discussão e aprovação de diversas matérias.

### **Subcomissão – Comissão de Constituição e Justiça**

O relator da Subcomissão que analisa os projetos sobre legislação penal, deputado Flávio Dino (PCdoB-MA), convidou a CONAMP para colaborar com sugestões em temas polêmicos como a criminalização mais rigorosa para quem comete crimes contra agentes públicos - policiais, juízes, e promotores, uma redefinição do Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante às medidas socioeducativas e a agilização do Poder Judiciário.

Foram selecionados 115 projetos, divididos em 6 sub-relatorias, sendo que pediram prioridade para 40 matérias. Destas, destacamos o **PL 4209/01**, do Poder Executivo, que altera os procedimentos da investigação policial. Após diversas negociações onde a CONAMP participou assiduamente, inclusive com reuniões com parlamentares, a matéria foi aprovada e encaminhada ao Senado Federal.

#### **iv) Comissões Parlamentares de Inquérito - CPI**

##### **CPI da Pedofilia – Senado Federal**

Criada em março, com o objetivo de investigar e apurar a utilização da internet para a prática de crimes de “pedofilia”, bem como a relação desses crimes com o crime organizado. O presidente da CPI é o senador Magno Malta e o relator é o senador Demóstenes Torres. A CPI já conseguiu vários feitos inéditos, como a quebra de sigilo do site de relacionamento Orkut, onde havia álbuns que continham material com pornografia infantil. No segundo semestre foi assinado na CPI termo de ajustamento de conduta entre o Google Brasil e o Ministério Público Federal para estabelecer um sistema de filtro que deve prevenir a publicação de material ilícito no Orkut.

*Próximos passos:* aprovação de leis que combatam o crime ainda durante a vigência da comissão, que teve os trabalhos prorrogados até março de 2009.

### **CPI das Escutas Telefônicas – Câmara dos Deputados**

CPI criada com a finalidade de investigar, pelo prazo certo de 120 dias, escutas telefônicas clandestinas / ilegais, conforme denúncia publicada na Revista “Veja”, edição 2022, nº 33, de 22 de agosto de 2007.

A CPI é presidida pelo deputado Marcelo Itagiba (PMDB/RJ), tem como relator o deputado Nelson Pelegrino (PT/BA) e por objetivo propor, antes que a matéria seja enviada ao Congresso Nacional, alterações ao anteprojeto do governo que estabelece um controle maior na autorização das escutas telefônicas. A CONAMP foi ouvida na CPI e, dentre as modificações que o relator pretende propor na legislação, estão:

- Parecer prévio do Ministério Público para autorização de escuta
- Maior vigilância e acompanhamento por parte do Ministério Público e da autoridade judiciária em relação ao processo de interceptação
- Definição de procedimentos padronizados para as operadoras realizarem as escutas
- Indicação de determinados tipos de crime que não podem ser objeto de interceptação por um período longo. Atualmente, a escuta pode ser autorizada por 15 dias, com possibilidade de prorrogação

### **CPI do Sistema Carcerário – Câmara dos Deputados**

Criada com o objetivo de buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais e investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios. Seu presidente é o deputado Neucimar Fraga (PR/ES), contando com o deputado Domingos Dutra (PT/MA) como relator.

A CONAMP, através de seu presidente José Carlos Cosenzo, acompanhou desde o início os trabalhos da CPI, contatando os parlamentares e apresentando documentos esclarecedores sobre a atuação dos membros dos Ministérios Públicos citados erroneamente no relatório, comprovando que os mesmos agiram dentro dos limites legais. Ao final, foi aprovado o relatório do deputado Domingos Dutra (PT-MA) que, para garantir a aprovação do texto, substituiu a palavra “indiciamento” por “responsabilização” em todos os pedidos feitos na versão anterior.

#### **v) Audiências Públicas**

##### **Participação da sociedade no orçamento da União – Câmara dos Deputados**

O presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP, José Carlos Cosenzo, participou de audiência pública na Comissão de Participação Legislativa – CLP da Câmara dos Deputados, em que se discutiu “A importância da Comissão de Legislação Participativa na elaboração do Orçamento da União”. O convite foi feito pelo presidente da CLP, deputado Adão Pretto (PT-RS).

A audiência teve como objetivo dar início ao debate da participação da sociedade nas decisões sobre o orçamento público, rumo à reconquista da imprescindível participação da sociedade civil, na apreciação do Orçamento da União pelo Congresso Nacional, que poderá se dar por meio da Comissão de Legislação Participativa.

##### **Foro por Prerrogativa – Câmara dos Deputados**

O presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP, José Carlos Cosenzo, participou de audiência pública para discutir a Proposta de Emenda Constitucional – PEC 130/2007, que acaba com o foro por prerrogativa no país. Durante a reunião foram abordados os seguintes pontos:

- Diferença entre foro por prerrogativa e foro privilegiado
- A extinção do instituto do foro por prerrogativa, proposta na PEC 130/2007, deve ser feita de forma cautelosa, garantindo-se a segurança jurídica

- Proporcionalidade da isonomia - a proposta pretende extinguir todos os foros por prerrogativa, mas ao mesmo tempo mantém o funcionamento e autonomia do tribunal militar, até mesmo em tempo de paz
- Criação de câmaras especializadas em todo o país como alternativa para combater a impunidade e garantir celeridade no julgamento de processos contra agentes políticos e a efetiva punição dos culpados

### **Clínica de Aborto – Câmara dos Deputados**

O presidente da Associação Sul-Mato-Grossense do Ministério Público – ASMMP, Paulo César dos Passos, participou de audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para tratar da investigação sobre uma clínica de aborto em Campo Grande. O principal tema abordado foi o possível indiciamento de 9.896 mulheres acusadas de fazer aborto clandestino nos últimos anos em Mato Grosso do Sul. O caso se tornou público quando um juiz determinou o interrogatório das mulheres, que teriam sido submetidas a abortos numa clínica de Campo Grande. Elas foram identificadas por meio de uma lista com fichas de clientes da clínica, fechada há pouco mais de um ano.

### **Repatriamento de Capitais – Câmara dos Deputados**

O presidente da CONAMP, José Carlos Cosenzo, participou do Seminário que teve por objetivo discutir sobre a conveniência e oportunidade de se promover o repatriamento de recursos depositados no exterior, detidos por pessoas físicas ou jurídicas, respectivamente, residentes e sediadas no Brasil.

### **Orçamento e o PAC – Câmara dos Deputados**

O presidente da CONAMP, José Carlos Cosenzo, participou, a convite da Frente Parlamentar do Serviço Público, da Audiência Pública que discutiu o PLP 01/07, que limita, a partir do exercício de 2007 e até o término do exercício de 2016, a despesa com pessoal e encargos sociais da União, para cada Poder e órgãos da União, ao valor liquidado no ano anterior, corrigido pela variação acumulada do INPC – Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.\_

### **Subsídios e Teto Remuneratório**

A CONAMP esteve presente em todas as discussões nos Conselhos (CNJ e CNMP), em reuniões com outras entidades como a AMB e ANPR, na apresentação de emendas às minutas de Resolução do CNMP e em reuniões com parlamentares no Congresso Nacional.

### **Conselho Nacional do Ministério Público**

Participação na sabatina dos novos conselheiros, bem como nas reuniões do CNMP, inclusive com defesas orais em diversos processos.

### **PEC 358/05 - Paralela do Judiciário**

Reuniões com diversos parlamentares, realização e participação em atos públicos, questionando a prerrogativa de foro, entre outras previsões que estão no parecer do relator.

### **Voto secreto para cassação de parlamentares**

Reuniões com os presidentes da Câmara e do Senado, solicitando a votação imediata da PEC 349/01 de autoria do deputado Luiz Antonio Fleury (PTB/SP), que acaba com o voto secreto de parlamentares na Câmara e no Senado. Manifestação em audiência pública na Frente Parlamentar de Combate à Corrupção.

### **PEC 549/06 – Equiparação salarial dos Delegados de Polícia**

Participação em audiência pública junto com a ANPR, onde sustentou a inconstitucionalidade reconhecida pelo STF ante a vinculação de carreiras no sistema remuneratório e vício de origem para eventual proposta de revisão vencimental.

### **Grupo de Trabalho de Consolidação de Legislação - Câmara dos Deputados**

Grupo de trabalho reinstalado após a constatação, pela Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, da existência de 181.318 normas legais que, devido esse universo, muitas vezes levam juízes e ministros a proferir decisões inconstitucionais. A consolidação é uma reunião, em um único diploma legal, de toda legislação pertinente a um mesmo assunto, de forma sistematizada, suprimindo dispositivos conflitantes, repetitivos, desatualizados, e procedendo-se a revogação formal das leis incorporadas.

Foram definidas para este ano 20 áreas temáticas a serem consolidadas, das quais 2 já foram aprovadas - Meio Ambiente e Sociais (Seguridade Social e Saúde).

Faltam, ainda: Leis Políticas (eleitoral, partidária, etc.); Administrativas; Trabalhistas, Direito Civil e Processo Civil, Direito Penal e Processo Penal, Agrárias, Agrícolas e de Terras; Mineração, Subsolo, Águas e Energia; Comunicação, Telecomunicação, Informática; Sistema Financeiro e Fiscalização; Sistema Tributário; Legislação Militar e Defesa Nacional; Econômicas e Comerciais; Finanças Públicas e Orçamento; Culturais e da Educação; Trânsito; Direito Internacional Público e Privadas. Para cada uma foi designado um relator.

A CONAMP foi convidada, através de ofício, a participar como colaboradora na Consolidação das Leis Civil e Processual Penal e para apresentar sugestões à Consolidação da Legislação Ambiental.

### **Frente Parlamentar de Combate à Corrupção - Câmara dos Deputados**

Recriação da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção, que tem o objetivo de contribuir para a melhoria das leis anticorrupção e das práticas de fiscalização e controle social sobre os atos públicos. Em 2004 quando foi criada a Frente contava com 131 deputados. A coordenação ficou a cargo do deputado Paulo Rubem Santiago (PT/PE). Foi elaborado um levantamento dos projetos que

tramitam na Casa sobre combate à corrupção e das sugestões recebidas da sociedade civil sobre o tema. As principais metas serão a revisão da legislação, como a Lei de Improbidade Administrativa e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e dos mecanismos de controles de fiscalização, com o objetivo de estabelecer critérios únicos para auditoria do Poder Público, em seus diferentes níveis e funções. O grupo pretende elaborar a proposta de uma plataforma única de fiscalização do Poder Público, tendo a Internet e os meios digitais como auxiliares na construção desse instrumento.

### **Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público - Câmara dos Deputados**

Criação da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público. Coordenada pelo deputado Rodrigo Rollemberg (PSB/DF), teve como principal objetivo discutir e propor medidas que garantam a valorização da carreira no serviço público, a democratização, transparência e universalidade de sua prestação. Na ocasião do evento esteve presente o Ministro Carlos Lupi.

### **Conselho de Ética - Câmara dos Deputados**

Assinado protocolo de intenções entre o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, O Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento – CEFOR e a CONAMP, onde apresentaram o Programa – **O Peixe e a arte de pescar: Ética e cidadania na Sociedade Brasileira**, que terá como ponto fulcral um Fórum anual.

O objetivo foi organizar uma rede de cooperação interinstitucional para conduzir materiais, realizar estudos e atividades de promoção dos valores éticos, compartilhar experiências e avaliar iniciativas, serão realizadas, nessa primeira etapa do programa, Oficinas de Integração para conhecer mais detalhadamente projetos que estão catalogados na rede, ocasião em que será firmado, entre a Câmara dos Deputados e as instituições parceiras, o Acordo de Cooperação para promover o intercâmbio, a cooperação técnico-científica, cultural e o aprimoramento institucional.

### **Comissão Externa de Juristas - Senado Federal**

Criada por intermédio do **Requerimento nº 227, de 2008**, de iniciativa do Senador Renato Casagrande, a Comissão foi constituída pelo Presidente Garibaldi Alves Filho, que teve a preocupação de designar **destacados profissionais** e estudiosos do direito processual penal brasileiro, sem perder de vista a representatividade das instituições que operam diariamente com a matéria (magistratura, ministério público, polícia judiciária e advocacia).

Vale lembrar que o **Código de Processo Penal** (CPP) data de outubro de 1941, editado por decreto-lei em pleno Estado Novo. Embora tenha sofrido várias alterações pontuais (algumas muito recentes, como as empreendidas pelas Leis nº 11.689, 11.690 e 11.719, todas de junho de 2008), o CPP vem resistindo às tentativas de reforma mais abrangente. Depois da Constituição de 1988, que tanto ajudou a oxigenar a interpretação das normas de processo penal por parte dos tribunais, o parlamento brasileiro ainda não teve a oportunidade de se dedicar à reforma integral do mencionado diploma, de modo a reforçar o movimento de convergência ao novo paradigma constitucional.

A Comissão tem pela frente o enorme desafio de superar impasses institucionais e retomar o processo de ampla reforma do CPP, com vistas a garantir unidade e sistematicidade à legislação processual penal brasileira. Para tanto, está aberta ao recebimento de sugestões, tendo sido prevista, ainda, uma fase posterior de consulta pública.

A comissão se reunirá uma vez por mês, formada por nove juristas, coordenada pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Hamilton Carvalhido e relatoria-geral a cargo do procurador regional da República, Eugenio Pacelli. No prazo de até 180 dias (prorrogáveis) deverá apresentar o anteprojeto, destinado a reformular o Código de Processo Penal, regido, atualmente, pelo Decreto-Lei 3.689/41.

A CONAMP recebeu sugestões e as encaminhou à Comissão que, em sua primeira reunião, selecionou trabalhos e definiu o disciplinamento das linhas das audiências públicas a serem realizadas e das consultas a grupos sociais relevantes (estudantil, política, etc.), entre outras atividades administrativas.

Para dar maior celeridade aos trabalhos, cada jurista ficou responsável por um grupo temático, assim definidos:

**“Processo de Conhecimento“**

- Jurisdição, Ação Penal, Competência e Sujeitos Processuais - *Eugenio Pacelli*
- Procedimentos - *Antonio Corrêa*
- Recursos - *Hamilton Carvalho*
- Ações de Impugnação – *Antônio Correa*

**“Princípios e Estrutura“**

- Jacinto Nelson de Miranda Coutinho e Antônio Magalhães Gomes Filho

**“ Medidas Cautelares e Prova“**

- Medidas Cautelares – Fabiano Augusto Martins Silveira e Tito de Souza Amaral
- Prova – Antônio Magalhães Gomes Filho, Fabiano Augusto Martins Silveira, Tito de Souza Amaral e Sandro Torres Avelar

**“Investigação Criminal”**

- Félix Valois Coelho Júnior com a contribuição de Sandro Torres Avelar

## **B) PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Acompanhamento e encaminhamento de pareceres e informações sobre as atividades da PGR, reuniões com o Procurador-Geral, bem como o monitoramento desde a criação, as indicações dos nomes, sabinas no Senado Federal, instalação, posse dos membros e demais atividades do Conselho Nacional do Ministério Público.

### C) TRIBUNAIS SUPERIORES

Monitoramento dos acontecimentos mais importantes para o Ministério Público nos Tribunais Superiores, e, em especial, no Supremo Tribunal Federal, onde a atuação da CONAMP vem se destacando com grande intensidade. Dentre as atividades estão: Agendas e Informes Semanais, reuniões com a Presidente e demais Ministros do STF, acompanhamento de mais de **110** ações entre ADINs, Mandados de Segurança, Recursos Extraordinários, Reclamações, Inquéritos, etc.

Destaca-se, ainda, o acompanhamento desde as indicações dos nomes, sabatinas no Senado Federal, instalação, posse dos membros e demais atividades do Conselho Nacional de Justiça.



# ***M**inistério Público*

---

O Ministério Público esteve presente durante todo o ano atuando, principalmente nas questões relacionadas às denúncias no Executivo e no Legislativo, bem como nas questões institucionais, onde se destacam os subsídios e o teto remuneratório, o poder investigatório e o foro privilegiado.

## Conselho Nacional do Ministério Público

O Conselho Nacional do Ministério Público, criado pela Emenda Constitucional nº 45 – Reforma do Judiciário, completou três anos e meio. Responsável pelo controle da atuação administrativa e financeira do MP, o Conselho pode receber denúncias contra membros ou órgãos do MP e determinar punições aos promotores e procuradores, como a remoção, a disponibilidade e a aposentadoria. Presidido pelo Procurador-Geral da República, o CNMP é composto por mais 13 integrantes: quatro do Ministério Público da União, três do Ministério Público dos Estados, dois juízes indicados pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, dois advogados indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil e dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal. Os integrantes do CNMP permanecem no cargo por dois anos e podem ser reconduzidos uma única vez, cabendo ao Senado Federal julgar os membros do Conselho nos crimes de responsabilidade e ao Supremo Tribunal Federal as ações judiciais contra a atuação dos conselheiros.

### Comissões

#### Comissão de Controle Administrativo e Financeiro

---

##### Presidente

- Cláudio Barros Silva

##### Membros

- Alberto Machado Cascais Meleiro
- Paulo Freitas Barata

Este ano a Comissão propôs a expedição de três recomendações aos Ministérios Públicos da União e dos Estados; apresentou três Propostas de Resolução aprovadas pelo Plenário; submeteu ao julgamento do Colegiado vinte e nove processos administrativos, entre Pedidos de Providências - PP, Procedimentos de Controle Administrativo - PCA, Propostas de Resolução – RES e Embargos de Declaração - ED; proferiu, por

intermédio de seu Presidente, duas decisões monocráticas e acompanhou diretamente o cumprimento de cinco Resoluções.

### **Comissão Disciplinar**

---

#### **Presidente**

- Sérgio Alberto Frazão do Couto

#### **Membros**

- Sandro José Neis
- Ivana Auxiliadora Mendonça Santos

### **Comissão Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo**

---

#### **Presidente**

- Nicolao Dino de Castro e Costa Neto

#### **Membros**

- Sandro José Neis
- Fernando Quadros da Silva

A Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo, juntamente com o Núcleo de Ação Estratégica (criado pela Resolução 25), no ano de 2008, monitoraram o cumprimento das Resoluções 12 e 25, que versam sobre o envio de informações de caráter funcional, administrativo e orçamentário, por parte de todos os ramos do Ministério Público.

No que se refere à sua competência em acompanhar procedimentos legislativos perante o Congresso Nacional, a Comissão tem analisado diversas proposições, dentre as quais podem ser destacadas as seguintes:

**No Senado Federal**

- PEC nº 37/2006: Visa a alterar a redação do Capítulo III (Da Segurança Pública), do Título V (Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas), da Constituição Federal
- PL 671/2007: Visa a conceder autorização aos Poderes da República e ao Ministério Público para que sejam tomadas as providências necessárias para a efetiva divulgação mensal dos gastos públicos de natureza indenizatória

**Na Câmara dos Deputados**

- PEC nº 244/2008: Visa a alterar a estrutura do Conselho Nacional de Justiça
- PEC 192/2007: Visa a estabelecer a obrigatoriedade, para juízes e Tribunais, de comunicarem ao Conselho Nacional de Justiça, semestralmente, o andamento dos processos que presidem relativos a atos de improbidade administrativa e a crimes contra a administração pública
- PEC 184/2007: Dispõe sobre as Polícias Judiciárias da União e dos Estados e dá outras providências
- PEC 487/2005 e PLP 28/2007: Visam a legitimar o Defensor Público-Geral a propor ADI, ADC, incidente de deslocamento de competência nos casos de grave violação de direitos humanos e tutela judicial e extrajudicial de interesses coletivos
- PL nº 1.192/2007: Visa a estabelecer a obrigatoriedade de comunicação também ao CNJ e ao CNMP das providências adotadas e a da fase processual em que se encontram os procedimentos instaurados em decorrência das conclusões de Comissão Parlamentar de Inquérito
- PL 265/2007: Visa a alterar a Lei de Ação Civil Pública, a Lei de Ação Popular e a Lei de Improbidade Administrativa
- PL nº 6.745/2006: Visa a modificar a Lei 7.347/85
- PL 1.949/2007: Institui a Lei Geral da Polícia Civil e dá outras providências
- PDC nº 128/2007 e PDC 322/2007: Visam sustar os efeitos da Resolução CNMP nº 20/2007

Além das proposições acima elencadas, diversos processos administrativos encontram-se em trâmite na Comissão e versam, principalmente, sobre temas relevantes ao Ministério Público.

## Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público

---

### Presidente

- Diaulas Costa Ribeiro

### Membros

- Raimundo Nonato de Carvalho Filho
- Francisco Ernando Uchoa Lima

Em 2008, tramitou perante a Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público, uma Reclamação para a Preservação da Autonomia do Ministério Público, sob o nº 71/2008-78, a qual foi decidida monocraticamente, pelo Presidente da Comissão, em 25/02/08.

Essa Comissão, assim como as demais, trata de processos de ordem abstrata, isto é, que merecem a elaboração de temas que envolvam a autonomia do Ministério Público. Pedidos de Providências ou Procedimentos de Controle Administrativo que envolvam casos concretos são distribuídos entre os Conselheiros e não a essa Comissão.

O CNMP em cumprimento dessa determinação, até 2007, apresentou resultados de sua ação no controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, sendo esta sua competência basilar, expressa no texto constitucional.

Em seu relatório apresentado em dezembro de 2008, o CNMP ressaltou que um passo decisivo para um planejamento estratégico foi a mudança de sede, indispensável à expansão da estrutura administrativa e tecnológica do CNMP. Também teve início o estabelecimento de maior contato com os ramos ministeriais, principalmente pela organização de dois encontros presenciais com representantes de todos os Ministérios Públicos para discutir temas relacionados ao envio de dados ao Conselho.

O processo de elaboração do Programa de Modernização do Ministério Público, o Pró-MP, foi uma atividade constante, voltada para o planejamento estratégico do Ministério Público brasileiro. Aprovado pelo Plenário em setembro deste ano, o Programa tem como objetivo principal alcançar o fortalecimento, a eficácia, a visibilidade, o compartilhamento de objetivos e a definição de estratégias necessárias à modernização do Ministério Público brasileiro, por intermédio de ações planejadas e coordenadas, assim como a reestruturação e o estabelecimento de mecanismos de interação com a sociedade.

Ampliar a transparência da atuação do Ministério Público pela construção de indicadores de desempenho apropriados e pela concepção e implementação de integração de sistemas do MP foram temas abordados de diversas perspectivas neste ano.

Foram realizadas 12 sessões ordinárias e 10 sessões extraordinárias. Nas 22 sessões foram julgados 451 processos pelo Colegiado, 20 em média.

A partir dos processos julgados ou paralelamente a eles, o Plenário decidiu sobre temas relevantes para o Ministério Público, destacando-se os seguintes:

- Aprovação do novo Regimento Interno do Conselho, por meio da Resolução nº 31/CNMP/2008
- Aprovação do Relatório da Corregedoria Nacional sobre a atuação do Ministério Público no controle externo da atividade policial e na fiscalização do cumprimento das sanções penais e de medidas socioeducativas. Entre outras medidas, os Conselheiros determinaram que os Ministérios Públicos da União e dos Estados revisem seus atos normativos acerca desses temas, prevendo: a) periodicidade mínima de visitas e inspeções não superior a trimestral; b) elaboração de relatórios sobre as visitas realizadas, com imediato encaminhamento à respectiva corregedoria; c) exame dos termos de controle de armas apreendidas e da destinação dada a elas; d) adequação de mecanismos para fiscalizar a execução das quebras de sigilo de comunicações, na forma da lei. Além disso, foi decidida a instauração de uma Comissão temporária no CNMP para monitorar, por um período inicial de seis meses, o cumprimento dos Ministérios Públicos da realização periódica de visitas a estabelecimentos policiais, penais e destinados a ações socioeducativas. A Comissão será formada pelos Conselheiros Sandro Neis (Presidente), Cláudio Barros e Maurício de Albuquerque

- Expedição de recomendação aos Chefes dos Ministérios Públicos da União e dos Estados para que utilizem os meios judiciais e extrajudiciais cabíveis, a fim de invalidar atos que propiciem a redução da receita corrente e resultem em diminuição artificial do valor de despesa total de pessoal nas instituições (735/2007-07)
- Aprovação do Programa de Modernização do Ministério Público, o Pró-MP. Esse programa tem por objetivo o desenvolvimento planejado, sustentável e estrutural do Ministério Público brasileiro, com a ampliação dos mecanismos de interação com a sociedade, o fortalecimento dos mecanismos de efetivação de políticas públicas e a modernização da gestão do *Parquet*
- Estabelecimento de parâmetros para a indicação e designação de membros do Ministério Público em 1º grau para exercer função eleitoral (Resolução nº 30/CNMP)
- Regulamentação do conceito de atividade jurídica para concursos públicos de ingresso nas carreiras do Ministério Público (Resolução 29/CNMP)
- Regulamentação da vedação do exercício da advocacia por parte dos Servidores do Ministério Público da União e dos Estados (Resolução 27/CNMP)

Foram ainda aprovadas 6 (seis) resoluções, 2 (dois) enunciados e 4 (quatro) recomendações.

## Resoluções

### Resolução Número 27

Disciplina o exercício da advocacia por parte dos servidores do Ministério Público dos Estados e da União. 10/03/2008. 08/04/2008, DJ, Seção 1, página 87.

### Resolução Número 28

Revoga os artigos 4º e 5º da Resolução nº 21/2007, e altera o artigo 1º da Resolução nº 7/2006 e o item III do Enunciado nº 1/2006. 26/02/2008. 08/04/2008, DJ, Seção 1, página 87.

**Resolução Número 29**

Regulamenta o conceito de atividade jurídica para concursos públicos de ingresso nas carreiras do Ministério Público e dá outras providências. 31/03/2008. 24/04/2008, DJ, Seção 1, página 228.

**Resolução Número 30**

Estabelece parâmetros para a indicação e a designação de membros do Ministério Público para exercer função eleitoral em 1º grau. 19/05/2008. 27/05/2008, DJ, Seção 1, página 159.

**Resolução Número 31**

Altera dispositivos da Resolução nº 12, de 18 de setembro de 2006. 01/09/2008. 11/12/2008, DJ, Seção 1, páginas 18/23.

**Resolução Número 32**

Aprova novo Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências. 01/12/2008. 09/12/2008, DJ, Seção 1, página 86.

**Recomendações****Recomendação nº 08, de 7 de abril de 2008**

Dispõe sobre a necessidade de cumprimento do prazo estabelecido no artigo 185 do Código de Processo Civil, pelos membros do Ministério Público nas manifestações processuais, na condição de custos *legis*, desde que não haja outro prazo previsto em lei.

#### **Recomendação nº 09, de 19 de maio de 2008**

Dispõe sobre a necessidade de rever os contratos administrativos referentes a terceirização de serviços no âmbito dos Ministérios Públicos, em razão da redução da alíquota do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -FGTS de 8,5% para 8%, a partir de 1º de janeiro de 2007.

#### **Recomendação nº 10, de 22 de setembro de 2008**

Dispõe sobre a inserção, nos sites institucionais, de dados funcionais dos membros do Ministério Público e das atribuições dos respectivos órgãos.

#### **Recomendação nº 11, de 3 de novembro de 2008**

Dispõe sobre a necessidade de encaminhar medidas judiciais e extrajudiciais, no sentido de inibir práticas ou invalidar atos normativos de quaisquer espécies que propiciem a redução de receita corrente e resultem em diminuição artificial do valor de despesa total de pessoal.

### **Enunciados Administrativos**

#### **Enunciado nº 05, de 03 de novembro de 2008**

Disciplina a formulação de consultas ao CNMP.

#### **Enunciado nº 04, de 4 de agosto de 2008**

Interpretação das resoluções nº 26 e 30 do CNMP.

## Outros Atos

Além dos atos normativos acima ementados, o CNMP realizou a celebração de Termos de Cooperação Técnica com o CNJ.

### **Termo de Cooperação Técnica CNMP e CNJ**

Assinado no dia 27/05, visa a desenvolver e implantar no Ministério Público o Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PROJUDI e a inclusão do Ministério Público na Rede Nacional de Telecomunicações. Com a implantação do sistema de processamento virtual, promotores e procuradores de todo país poderão emitir pareceres, apresentar petições e interpor recursos por meio eletrônico, sem o uso de papel. Além disso, o acesso dos membros do MP à Rede Nacional de Comunicação do Judiciário vai facilitar o intercâmbio de informações.

### **Termos de Cooperação Técnica CNMP e CNJ**

Assinados no dia 02/12, para que os membros do Ministério Público da área da Infância e Juventude passem a ter acesso às informações do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), criado em 2008 pelo Conselho Nacional de Justiça, para que os processos de adoção tenham mais rapidez, segurança e transparência. A ferramenta também faz a ligação entre todas as Varas da Infância e da Juventude e Varas de Família do país, formando um banco de dados unificado. Com a assinatura, o CNJ também passa a ter acesso ao Módulo Criança e Adolescente (MCA), banco de dados nacional gerenciado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, que permite acesso, em tempo real, aos dados de crianças e adolescentes que estão em abrigos.

### **Termo de Cooperação Técnica que permite e regulamenta o acesso do CNMP ao Cadastro Nacional dos Condenados por Ato de Improbidade Administrativa**

Tem como metas compartilhar informações do banco de dados dos condenados, trocar informações e documentos quanto às ações transitadas em julgado por ato de improbidade administrativa, intercambiar apoio técnico-institucional e utilizar métodos e tecnologias para conferir maior efetividade às decisões do Poder Judiciário nesses casos.

## Membros do Conselho



Nome: Antonio Fernando Souza (Presidente - reconduzido)  
Origem: Procurador-Geral da República  
Vaga: Procurador-Geral da República  
Mandato: De Jun/2005/07 e de 2007/09  
*e-mail*: afernando@pgr.mpf.gov.br



Nome: Osmar Machado Fernandes (reconduzido) NOVO CORREGEDOR  
Origem: Procurador da Justiça Militar  
Vaga: Ministério Público Militar  
Mandato: De jun/2005/07 e de 2007/09  
*e-mail*: osmar@cnmp.gov.br



Nome: Nicolao Dino de Castro e Costa Neto  
Origem: Procuradora Regional da República  
Vaga: Ministério Público Federal  
Mandato: De jun/2007 a jun/2009  
*e-mail*: nicolao@cnmp.gov.br



Nome: Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (reconduzida)  
Origem: Subprocuradora-Geral do Trabalho  
Vaga: Ministério Público do Trabalho  
Mandato: De jun/2005/07 e de 2007/09  
*e-mail*: ivana@cnmp.gov.br



Nome: Diaulas Costa Ribeiro  
Origem: Promotor de Justiça  
Vaga: Ministério Público do DF e Territórios  
Mandato: De jun/2007 a jun/2009  
*e-mail*: diaulas@cnmp.gov.br



Nome: Cláudio Barros Silva  
Origem: Procurador de Justiça do MP/RS  
Vaga: MP dos Estados  
Mandato: De jun/2007 a jun/2009  
*e-mail:* claudib@cnmp.gov.br



Nome: Raimundo Nonato de Carvalho Filho  
Origem: Procurador de Justiça - MP/MA  
Vaga: MP dos Estados  
Mandato: De jun/2005 a jun/2007  
*e-mail:* raimundn@cnmp.gov.br



Nome: Sandro José Neis  
Origem: Promotor de Justiça - MP/SC  
Vaga: MP dos Estados  
Mandato: De jun/2007 a jun/2009  
*e-mail:* sandro@cnmp.gov.br



Nome: Fernando Quadros da Silva  
Origem: Juiz Federal  
Vaga: Supremo Tribunal Federal  
Mandato: De jun/2007 a jun/2009  
*e-mail:* fernandog@cnmp.gov.br



Nome: Paulo de Freitas Barata  
Origem: Juiz Federal  
Vaga: Superior Tribunal de Justiça  
Mandato: De jun/2007 a jun/2009  
*e-mail:* paulof@cnmp.com.br



Nome: Francisco Ernando Uchoa Lima (reconduzido)  
Origem: Advogado  
Vaga: Ordem dos Advogados do Brasil  
Mandato: De jun/2005/07 e de 2007/09  
*e-mail:* euchoa@cnmp.gov.br



Nome: Sérgio Alberto Frazão do Couto (reconduzido)  
Origem: Advogado  
Vaga: Ordem dos Advogados do Brasil  
Mandato: De jun/2005/07 e de 2007/09  
*e-mail:* sergiocouto@sergiocouto.adv.br



Nome: Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva  
Origem: Advogado  
Vaga: Câmara dos Deputados  
Mandato: De junho/2008 a junho/2010  
*e-mail:* fsilva@cnmp.gov.br



Nome: Alberto Machado Cascais Meleiro (reconduzido)  
Origem: Advogado  
Vaga: Senado Federal  
Mandato: De jun/2005/07 e de 2007/09  
*e-mail:* cascais@cnmp.gov.br

Endereço: SHIS QI 03 Lote A, Blocos B e E, Edifício Terracotta, Lago Sul, Brasília /DF,  
CEP: 71605-200, Telefone: (61) 3366-9100



## ***P**oder Judiciário*

---

Este ano o Poder Judiciário examinou temas de grande importância e outros bastante complexos, dentre estes aqueles relacionados com o Poder Legislativo. Questões como excesso na edição de Medidas Provisórias, Proposta de Emenda Constitucional que aumenta o número de cadeiras de vereadores nos municípios brasileiros, demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol, interceptações telefônicas e as formas como são feitas as operações da Polícia Federal, foram constantemente discutidas no Poder Judiciário.

## Supremo Tribunal Federal - STF

O Supremo Tribunal Federal encerrou o ano recebeu 99.218 novos processos, o que representou uma diminuição de 16,5% em relação a 2007. Desse total, 65.880 foram distribuídos, o que representou uma redução de 41,7% em relação a 2007.

Uma das razões da redução foi a implantação do instituto da Repercussão Geral como pressuposto para apresentação de Recurso Extraordinário (RE). Isso permitiu que 21.057 desses processos tivessem negado o seu seguimento, e só 11% dessas decisões fossem atacadas por recurso de Agravo Regimental.

As mudanças também já se fizeram sentir na redução do número de processos novos que chegam, mensalmente, a cada ministro. Houve uma queda de 20% 2008 com relação a 2007: de 904 processos para 547.

Ainda, segundo os dados divulgados, o número de decisões da Corte caiu de 159.522 em 2007 para 123.641 em 2008. Também o número de processos em tramitação na Corte caiu de 129.206 em 2007 para 109.204 em 2008.

Do total de processos julgados, 4.789 foram de responsabilidade do Plenário, enquanto os demais foram das Turmas e decisões monocráticas dos ministros.

Em cumprimento da Emenda Constitucional nº 45, foram aprovadas 10 novas súmulas vinculantes.

**Consultar as ações do STF no CD-ROM anexo a esta publicação**



## Conselho Nacional de Justiça - CNJ

A necessidade de incentivar a advocacia voluntária devido ao pequeno número de defensores públicos fez o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) querer expandir o acesso à Justiça por meio de advogados voluntários. A atividade será uma das prioridades em 2009 para atender presos de baixa renda e demais questões de direitos humanos. O presidente do Conselho, Ministro Gilmar Mendes, justificou a necessidade, em virtude de existirem 5 mil em todo o Brasil para atender 400 mil presos.

Como destaque em 2008, estão os mutirões carcerários realizados no Rio de Janeiro, Maranhão, Piauí e Pará que possibilitaram a liberdade de mais de 1.000 presos, e garantiu que eles serão mantidos em 2009. O presidente do CNJ, Ministro Gilmar Mendes informou que o órgão colaborou muito no sentido de evitar o que chama de “espetacularização” das ações da Polícia Federal, ao aprovar uma resolução que recomenda evitar o uso de nomes das operações da Polícia Federal nos processos judiciais.

Outra ação de destaque que será mantida em 2009 é a informatização do Judiciário que, este ano superou a marca de 7 mil processos, o que revela um crescimento das demandas da sociedade junto ao Conselho.

Outros pontos importantes destacados foram a continuidade do trabalho de combate ao nepotismo e à corrupção e as ações que garantam um Judiciário ao alcance de todos, viabilizando a continuidade de programas de interesse da sociedade, como o Movimento Nacional pela Conciliação, o Movimento pelo Registro Civil e o Cadastro Nacional de Adoção.

Foram criadas seis comissões, abaixo relacionadas:

- *Comissão de Informatização, Modernização e Projetos Especiais* - conselheiros César Asfor Rocha, João Orestes Dalazen e José Adonis Callou de Araújo Sá
- *Comissão de Estatística e Gestão Estratégica* - conselheiros Mairan Gonçalves Maia Júnior, Antônio Umberto de Souza Júnior e Joaquim Falcão
- *Comissão de Fundos e Reaparelhamento do Poder Judiciário* - conselheiros Rui Stoco, Andréa Maciel Pachá e Felipe Locke Cavalcanti
- *Comissão de Acompanhamento Legislativo* - conselheiros Antônio Umberto de Souza Júnior, Joaquim Falcão e Marcelo Nobre

- *Comissão de Prerrogativas na Carreira da Magistratura* - conselheiros Ministro João Orestes Dalazen, Altino Pedrozo dos Santos, Jorge Antônio Maurique e Técio Lins e Silva
- *Comissão de Acesso à Justiça, Juizados Especiais e Conciliação* - conselheiros Andréa Maciel Pachá, Jorge Antônio Maurique e Paulo Luiz Neto Lobo
- *Comissão de Reforma do Regimento Interno* - conselheiros César Asfor Rocha, Mairan Gonçalves Maia Júnior e Paulo Luiz Neto Lobo

Compõem o Conselho Nacional de Justiça o Ministro Gilmar Mendes, Presidente e o Ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça, que assume como Corregedor-Geral. Os demais conselheiros são:

- Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, João Oreste Dalazen
- Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, Rui Stoco
- Desembargador Federal, Mairan Gonçalves Maia Júnior
- Juiz do TRT do Paraná, Altino Pedrozo dos Santos
- Juíza do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Andréa Maciel Pachá
- Juiz Federal da Vara de Execuções Fiscais de Florianópolis e do Tribunal Regional Eleitoral, Jorge Maurique
- Juiz titular da 6ª Vara do Trabalho de Brasília, Antonio Umberto de Souza Júnior
- Procurador Regional da República, José Adonis Callou de Araújo
- Promotor de Justiça de São Paulo, Felipe Locke Cavalcanti
- Criminalista Técio Lins e Silva
- Advogado Paulo Lobo
- Advogado Joaquim Falcão
- Advogado Marcelo Nobre
- Ministro do TST, Gelson de Azevedo

Funcionamento do CNJ : 9h às 19h

Endereço: Supremo Tribunal Federal, Praça dos Três Poderes - Brasília (DF),  
Cep.: 70175-900

Fax: (61) 3217-4516

## Superior Tribunal de Justiça - STJ

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) encerra o ano judiciário com aproximadamente 345 mil processos julgados. O foco principal do Tribunal foi a sua preparação para o processo eletrônico, começando pela adequação do sistema informatizado, da força de trabalho, da estrutura orgânica e de procedimentos correlatos, como a intimação eletrônica. A preocupação é com o enorme volume de processos que chega ao STJ e que cresce exponencialmente. Em 2007, foram julgados 328 mil processos e, em 2008, aproximadamente 345 mil. Segundo o presidente do STJ, a partir de 2009, os processos eletrônicos serão uma realidade no Tribunal. As ações se iniciaram com a digitalização de quatro mil recursos extraordinários que foram sobrestados enquanto aguardam decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). Essa iniciativa representa economia significativa de papel, melhor utilização de recursos financeiros e de pessoal, além de agilidade no trâmite das ações. O acesso de advogados e partes aos autos dos recursos também ficará mais fácil, pois poderá ser feito pelo site do STJ, vinte e quatro horas por dia.

Neste ano, a quantidade de processos julgados foi 4,76% maior do que no ano anterior: 344.093 processos em 2008 contra 328.447 em 2007. Desse total, 254.058 foram decididos monocraticamente (individualmente) e 90.035 nas 454 sessões realizadas durante o ano. Foram recebidos 272.374 processos (contra 296.678 em 2007), 267.693 distribuídos (contra 307.884 em 2007) e 90.142 acórdãos publicados (contra 65.126 no ano passado). A média de processos julgados por ministro subiu de 11.836 em 2007 para 12.035 em 2008.

O trabalho da presidência do Tribunal também foi expressivo, de janeiro a dezembro, o ministro presidente proferiu 43.217 decisões e despachos (contra 39.443 em 2007) e o vice-presidente realizou 5.032 despachos e decisões (contra 3.738 registrados no ano passado).

## Tribunal Superior do Trabalho - TST

O TST encerrou o ano com 222.134 processos julgados, marca superior em 45% à apresentada ao fim de 2007. É a primeira vez na história recente do TST em que o número de processos julgados supera o de recebidos: chegaram nesse ano 182.989 processos, 11% a mais que em 2007. O aumento expressivo no volume de processos solucionados reflete uma série de medidas que o TST vem tomando nos últimos anos. O primeiro fator de destaque é o aumento da composição do TST, definido pela reforma do Judiciário (Emenda Constitucional nº 45), ampliando de 17 para 27 ministros. A composição plena foi atingida em 2007, e duas novas Turmas foram instaladas apenas no segundo semestre desse mesmo ano – e, portanto, sua produtividade só pôde ser constatada em 2008. Ainda em 2007, o TST passou por uma profunda reestruturação administrativa, iniciada em agosto, cujos resultados se consolidaram em 2008. A reestruturação procurou racionalizar a estrutura do Tribunal, enfatizando sua área-fim e concentrando esforços na melhoria do desempenho de áreas críticas, como a autuação de processos.

O crescimento do volume processual está diretamente relacionado com a crescente informatização de procedimentos processuais. A adoção de ferramentas que permitem o envio de informações (como o nome das partes), a digitalização de peças do processo, necessárias ao exame de admissibilidade dos recursos e a assinatura digital têm facilitado sobremaneira a execução de tarefas que antes eram feitas manualmente.

## Tribunal Superior Eleitoral - TSE

O destaque deste ano na Justiça Eleitoral foi a agilidade e a eficiência na realização das eleições municipais. A apuração dos votos em todos os municípios brasileiros terminou às 13h17 do dia 6 de outubro, antes de 24 horas do término da votação do dia anterior. O uso da *internet* como instrumento de aperfeiçoamento do processo eleitoral também foi destaque, pois, pela primeira vez, os candidatos declararam suas prestações de contas parciais por meio da rede mundial de computadores e, num futuro próximo, a *internet* deverá servir também para arrecadar recursos, a exemplo do que ocorre nas eleições americanas.

Houve também a primeira votação com identificação biométrica realizada no País. A biometria elimina uma das últimas possibilidades de fraude eleitoral, que seria um eleitor votar no lugar de outro. Nas eleições de outubro, os municípios de Colorado do Oeste (RO), Fátima do Sul (MS) e São João Batista (SC) utilizaram, com sucesso, o sistema. A biometria assegurou o uso da tecnologia desde a identificação do eleitor até a apuração dos resultados. A expectativa do Tribunal é de que no prazo de 8 a 10 anos todos os eleitores brasileiros sejam identificados por meio da biometria.

O presidente do TSE destacou a campanha **Eleições Limpas – Pelo Voto Livre e Consciente**, realizada em parceria com a Associação dos Magistrados Brasileiros para estimular o eleitor a exercer o papel de fiscalizados nas campanhas eleitorais.

Quanto à campanha de esclarecimento ao eleitor, realizada junto com a Fundação Padre Anchieta (TV Cultura), ela atingiu plenamente o seu objetivo, que foi o de aproximar os eleitores da Justiça Eleitoral, orientando-os não só sobre a votação, mas também sobre a importância da escolha consciente dos prefeitos e vereadores.

Entre as ações do TSE voltadas à questão ambiental, destaca-se a aprovação de resolução que prevê a contratação de empresas para o descarte ecologicamente correto das urnas eletrônicas utilizadas nas eleições 1996 e de materiais de eleições anteriores que não servem mais.



# *Poder Legislativo*

---

O senador Garibaldi Alves Filho assumiu no mês de dezembro de 2007 em meio a uma das maiores crises de credibilidade da história da instituição. Sua missão foi tentar reconstruir a imagem do Legislativo e a elaboração de uma agenda própria, independente.

As Medidas Provisórias (MPs) foram alvo de crítica do senador durante todo o ano, tanto que na abertura dos trabalhos legislativos ele observou que “a cada medida provisória editada sem critérios de relevância e urgência, a Constituição é rasgada com desprezo”.

Na cerimônia de comemoração dos 20 anos da Carta Magna, em outubro, no Palácio do Planalto, na presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Presidente do STF, Gilmar Mendes, o senador Garibaldi insistiu no assunto da invasão dos outros Poderes da República sobre o Congresso Nacional.

Outra crise deflagrada foi a dos grampos ilegais que espionavam o presidente do STF, que levaram a presidência do Senado a reunir-se, em setembro, com os senadores da base do governo e da oposição, juntamente com o próprio Ministro Gilmar Mendes e o presidente Lula para buscar uma solução definitiva para o caso.

Como mais uma tarefa importante, destaca-se a de fazer cumprir a súmula do Supremo que trata do nepotismo.

## Congresso Nacional

No *Congresso Nacional* estamos acompanhando mais atentamente seis vetos.

**Consultar os vetos no CD-ROM anexo a esta publicação**



## Senado Federal

Os dados abaixo relacionados compreendem o período de 1º de fevereiro a 17 de dezembro. Foram realizadas **120** sessões.

Matérias apreciadas	<b>1343</b>
Matérias aprovadas	<b>632</b>
Enviadas ao arquivo	<b>86</b>

Das **632** matérias aprovadas, destacam-se:

Medidas Provisórias	<b>15</b>
Propostas aprovadas e enviados à promulgação	<b>342</b>
Projetos aprovados e enviados à sanção	<b>94</b>
Projetos aprovados e enviados à Câmara	<b>169</b>
Escolha de autoridades, votos de censura, requerimentos de informações sigilosas, etc.	<b>12</b>

As MPs continuaram a deixar o Senado em situação bastante complicada. Para se ter uma idéia, das 120 sessões deliberativas durante o ano, em apenas 35 delas foi possível realizar votações. Nos restantes 71,7% das sessões, a pauta esteve travada por MPs.

O Código de Processo Penal esteve no foco do Senado, que criou uma comissão especial, formada por juristas, para discutir a mudança na lei. Dentre as propostas que tratam do tema, estão: o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena, quando se tratar de preso condenado por crime praticado com violência ou grave ameaça à pessoa; o que cria a obrigação dos presos condenados produzirem seu próprio sustento alimentar; o monitoramento eletrônico; a alteração nas regras do regime aberto e o rastreamento eletrônico de condenado; a perda do cargo, emprego ou função pública durante o processo que julgar crime praticado por funcionário público e o aumento das penas privativas de liberdade cominadas para os crimes contra a incolumidade pública.

No apagar das luzes para o recesso parlamentar, o Senado Federal foi surpreendido com a não promulgação, pela Câmara dos Deputados, da PEC 20/08, que trata das disposições relativas à recomposição das Câmaras Municipais, criando mais de 7 mil vagas de vereadores no país. O Advogado-Geral do Senado, Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho impetrou, no STF, mandado de segurança solicitando urgência na análise da matéria, onde alega que não há condições de esperar o início da sessão legislativa seguinte para a promulgação da proposta.

Para o próximo ano, outro fator importante é eleição para a Presidência da Casa.

Até o dia 22 de dezembro tramitavam no Senado Federal, entre Propostas de Emendas à Constituição (PEC), Projetos de Lei (PLS), Projetos de Lei Complementar (PLP e PLS-C) e Projetos de Lei oriundos da Câmara (PLC), aproximadamente 2.874 matérias, das quais destacamos as **211** prioritárias para a entidade.

**Consultar as proposições no CD-ROM anexo a esta publicação**



## Câmara dos Deputados

No período de 07 de fevereiro a 18 de dezembro, o Plenário realizou 328 sessões entre as não deliberativas (sem votação de matérias), deliberativas, sessões solenes e Comissões Gerais.

Matérias apreciadas pelo Plenário	<b>655</b>
Matérias aprovadas pelo Plenário	<b>209</b>
Matérias rejeitadas pelo Plenário	<b>1</b>
Outras matérias aprovadas e/ou rejeitadas	<b>445</b>

Das **209 matérias aprovadas**, destacam-se:

- Propostas de Emenda à Constituição	<b>03</b>
- Projetos de Lei	<b>53</b>
- Projetos de Decreto Legislativo	<b>84</b>
- Projetos de Resolução	<b>08</b>
- Medidas Provisórias	<b>51</b>
- Projetos de Lei Complementar	<b>08</b>

Foram 60 sessões deliberativas, sendo que, 80% delas, estiveram trancadas por Medidas Provisórias.

O presidente Arlindo Chinaglia comemorou a aprovação dos 53 projetos de lei e 51 MPs. Os projetos de lei complementar aprovados foram em total de oito, mesmo número de projetos de resolução.

Foram acolhidos pela Câmara 85 projetos de decreto legislativo e mensagens com acordos internacionais. Já as propostas de emenda à Constituição foram três, das quais se destacam a PEC dos Municípios, que regulariza a situação jurídica de municípios criados em desacordo com as regras constitucionais; e a PEC dos Vereadores, por meio da qual são recompostas as vagas nas câmaras municipais com previsão de redução dos gastos. Lamentou, no entanto, o fato de algumas votações não terem sido concluídas ao longo de seu mandato, como a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que garante mais recursos para a saúde; as novas regras para as agências reguladoras; a reforma tributária; e o segundo turno da PEC do Trabalho Escravo. Ele disse que pretende negociar com seu sucessor a retomada desses temas no próximo período, especialmente a votação em segundo turno da PEC que muda a tramitação das medidas provisórias.

Entre os temas tratados como prioritários pelos deputados neste ano, estão vários projetos de lei sobre segurança pública. Em apenas um dia, foram aprovadas oito propostas da área versando sobre diversos temas, desde crimes sexuais a mudanças no Código de Processo Penal, passando por seqüestro-relâmpago e monitoramento eletrônico de presos. Em relação aos crimes sexuais, os deputados aprovaram o Projeto de Lei 4850/05, da CPMI da Exploração Sexual, que tipifica vários delitos dessa natureza contra crianças e adolescentes e caracteriza melhor os crimes de tráfico de pessoas para exploração sexual. A matéria está em análise no Senado. De acordo com o texto, o crime de estupro contra menores de 14 anos passa a ser considerado hediondo, com pena de reclusão de 8 a 15 anos. O projeto amplia a definição do estupro para incluir qualquer pessoa e não somente a mulher como vítima. Diversos agravantes são estabelecidos, como aumento de  $\frac{1}{4}$  da pena quando o crime é cometido por duas pessoas ou mais; e aumento da metade quando o agente é ascendente, padrasto, madrasta, tio, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador da vítima, ou se dele resultar gravidez. Outra novidade é que o Ministério Público não precisará mais da queixa da vítima ou responsável para propor ação penal quando a vítima for criança, adolescente menor de 18 anos ou pessoa vulnerável.

*Pedofilia* - Em 2008, os deputados também aumentaram as penas para crimes de pedofilia e tipificaram outros, como o de adquirir fotografia ou vídeo com cenas envolvendo criança ou adolescente. O Projeto de Lei 3773/08, da CPI da Pedofilia, realizada no Senado, já é lei (11.829/08).

Monitoramento - A monitoração eletrônica de condenado a regime semi-aberto de prisão foi aprovada pelos deputados com o Projeto de Lei 1288/07, do Senado, que retorna para votação final dos senadores. Essa nova forma de vigilância ocorrerá com uso de equipamento de rastreamento eletrônico inserido no corpo do condenado. No regime semi-aberto, o prisioneiro pode trabalhar, freqüentar curso ou exercer outra atividade autorizada, recolhendo-se ao presídio à noite e nos dias de folga. Se usar o aparelho, ele não precisará mais dormir no presídio se estiver cumprindo pena no regime aberto.

*Seqüestro* - O crime de seqüestro-relâmpago foi tipificado pela Câmara por meio do Projeto de Lei 4025/04, do Senado, que retornou àquela Casa. Esse termo não é usado no texto, pois a classificação do crime ocorreu como uma variante do crime de extorsão por ocorrer com restrição de liberdade da vítima. A pena prevista é de seis a doze anos de reclusão, além de multa.

Outro projeto na área de direito penal aprovado pela Câmara em 2008 foi o que atribuiu penas maiores ao homicídio simples quando houver a intenção de praticar extermínio humano ou justiça com as próprias mãos. O PL 370/07, do deputado Luiz Couto (PT-PB), tipifica também os crimes de formação de milícias organizadas e de oferecimento ilegal de serviço de segurança pública. Ele será votado ainda pelo Senado. A proposta nasceu das investigações da CPI do Extermínio no Nordeste sobre as ações de grupos de extermínio e milícias privadas na região, cujo relatório final foi votado em 2005. De acordo com o texto, os crimes tratados pelo projeto são considerados contra o Estado de Direito, e por isso seu julgamento ficará a cargo da Justiça Federal.

*Videoconferência* - A Câmara aprovou ainda, em 2008, a possibilidade de realização de interrogatórios de presos por videoconferência. A medida está prevista no Projeto de Lei 4361/08, do Senado, que foi enviado à sanção presidencial. Segundo o projeto, o interrogatório por videoconferência poderá ser determinado pelo juiz em quatro situações: quando existir suspeita de fuga durante o deslocamento do preso ao fórum; para viabilizar sua participação se houver dificuldade para comparecer em juízo ou se estiver doente; para impedir a influência do réu sobre testemunha ou vítima; e devido a grave problema de ordem pública.

*Desarmamento* - O Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03) também foi mudado pela Câmara para acabar com a data-limite para o possuidor ou proprietário de arma de fogo entregá-la ao Poder Público e receber indenização, presumindo-se boa-fé. A Lei 11.706/08, resultante da Medida Provisória 417/08, também extinguiu a punibilidade pela posse irregular da arma neste caso. Se o proprietário de arma de uso permitido e sem registro não quiser entregá-la, deverá solicitar seu registro até 31 de dezembro de 2008, apresentando nota fiscal ou comprovação da origem lícita da posse. Até essa data há isenção de taxa, cujo valor passa a ser de R\$ 60 a partir de 1º de janeiro de 2009. Para aqueles que já possuem registro de sua arma em órgãos estaduais, a nova lei prorroga a data limite para o registro federal de armas até 31 de dezembro de 2008. (EP).

Os deputados também aprovaram neste ano o Projeto de Lei 4207/01, do Poder Executivo, publicado como Lei 11.719/08, que garante maior agilidade no processo penal. Entre as principais mudanças, está a determinação de que a instrução e o julgamento do processo sejam feitos em uma só audiência. Assim, os depoimentos do réu, da vítima e das testemunhas de acusação e de defesa, antes realizados um a cada vez, serão tomados no mesmo dia, reduzindo o tempo gasto. O mesmo juiz que ouviu as testemunhas e recebeu as provas deverá proferir a sentença. Caso o juiz perceba que o crime foi em legítima defesa ou que o réu foi coagido de forma insuportável a cometê-lo, poderá decidir pela absolvição sumária.

A Câmara também aprovou, neste ano, diversas matérias de alcance social, como a ampliação, de 120 para 180 dias, da licença-maternidade, transformada na Lei 11.770/08. De acordo com o texto, originado do Projeto de Lei 2516/07, do Senado, os dois meses a mais serão custeados com a concessão de incentivo fiscal ao empregador que aderir ao Programa Empresa Cidadã. A adesão ao programa é facultativa para a empresa e vale apenas para aquelas tributadas com base no lucro real. A sistemática permite o desconto integral do salário pago nesses dois meses do Imposto de Renda devido. O benefício vale também para as mães adotivas e, durante a prorrogação, a empregada não poderá exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar.

*Adoção* – No esforço concentrado de agosto, novas regras para a adoção de crianças e adolescentes foram aprovadas pelos deputados. O Projeto de Lei 6222/05, do Senado, cria cadastros federal e estaduais integrados e condiciona a adoção por estrangeiros à inexistência de interessados com residência permanente no País. O texto aprovado pela Câmara deve sofrer nova votação dos senadores. De acordo com o projeto, os estrangeiros deverão cumprir no Brasil o estágio mínimo de 30 dias de convivência com a criança a ser adotada. Outra novidade em relação à legislação atual é o fim de prazos menores de licença-maternidade para a trabalhadora que adotar filho, prevalecendo os mesmos 120 dias concedidos à parturiente.

Os candidatos a adotar uma criança deverão participar de programa oferecido pela Justiça que inclua preparação psicológica e orientação e estímulo à adoção inter-racial, de crianças maiores ou adolescentes, das com necessidades específicas de saúde ou com deficiências, e de grupos de irmãos. Quem se recusar sistematicamente a adotar as crianças indicadas poderá perder o direito à adoção.

*Guarda compartilhada* - A guarda compartilhada dos filhos de pais separados teve novas regras aprovadas pela Câmara e constantes da Lei 11.698/08. Derivada do Projeto de Lei 6350/02, a nova norma prevê sua aplicação, sempre que possível, quando não houver acordo entre os pais sobre quem ficará com a guarda. Na guarda compartilhada, tanto o pai quanto a mãe assumem direitos e deveres relativos aos filhos, com responsabilização conjunta. Para estabelecer as atribuições do pai e da mãe e os períodos de convivência, o juiz poderá basear-se em orientação técnico-profissional ou de equipe multidisciplinar.

Até o dia 18 de dezembro estavam tramitando na Câmara dos Deputados, aproximadamente 14.045 matérias somente entre Projetos de Lei, Propostas de Emenda à Constituição e Projeto de Lei Complementar, das quais destacamos **878** como prioritárias para a entidade.

**Consultar as proposições no CD-ROM anexo a esta publicação**





# *Poder Executivo*

---

O Poder Executivo esteve neste ano voltado a diversas questões polêmicas, tendo que editar inúmeras Medidas Provisórias e se defender das denúncias de envolvimento em escândalos.

A Secretaria de Reforma do Judiciário vinculada ao Ministério da Justiça, que tem como objetivo promover, coordenar, sistematizar e angariar propostas referentes à reforma do Judiciário, apresentou no ano passado, um conjunto de propostas enviadas ao Congresso Nacional com o objetivo de agilizar a tramitação de processos, racionalizar a sistemática de recursos judiciais e inibir a utilização da Justiça com fins meramente protelatórios. A reforma infraconstitucional do Poder Judiciário foi elaborada pela Secretaria de Reforma do Judiciário, em conjunto com o Supremo Tribunal Federal, o Instituto Brasileiro de Direito Processual e entidades de magistrados, promotores e advogados. Esse trabalho resultou no encaminhamento de 26 projetos de lei que prevêem mudanças nas leis processuais civil, trabalhista e penal, somando-se aos já em tramitação que fazem parte do chamado “Pacto em favor de um Judiciário mais Rápido e Republicano”. Ao total são 39 projetos dos quais treze foram aprovados, sendo que oito fazem parte dos encaminhados pela Secretaria da Reforma do Judiciário.

O Ministério da Justiça apresentou balanço com investimento recorde em segurança pública. O volume executado ultrapassou R\$ 2,5 bilhões e a expectativa é de que chegue a pouco mais de R\$ 2,85 bilhões – 95% dos R\$ 3,01 bilhões previstos no Orçamento da pasta. É o maior volume de recursos aplicados no combate ao crime dos últimos cinco anos, mais que o dobro do valor investido em 2003 (R\$ 1,16 bi).

Os recursos referem-se apenas a custeio e compra de equipamentos, não incluem gastos com encargos de pessoal e juros da dívida. Sem aumentar a equipe de trabalho, o Ministério conseguiu elevar os recursos aplicados neste ano em mais de R\$ 1 bilhão em relação a 2007, o que representa um salto de 52%. O valor equivale justamente ao orçamento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) em 2008, aplicado em ações em 20 estados e 90 municípios.

Os dados foram apresentados pelo ministro da Justiça, Tarso Genro, que destacou entre as principais ações da pasta este ano a instalação dos quatro Territórios de Paz em Recife, Rio de Janeiro, Rio Branco e Distrito Federal. Em cada um, foram lançados, simultaneamente, mais de 20 ações de prevenção e enfrentamento à violência.

Os recursos financiaram também a reaparelhagem das forças de segurança do país com a compra de 10 mil bafômetros, 4 mil armas não-letais e 12 helicópteros. Os bafômetros vão intensificar a fiscalização dos motoristas que insistem em dirigir sob o efeito de álcool mesmo após a Lei Seca, elaborada pelo Ministério da Justiça e sancionada em junho deste ano. Já o armamento não-letal tem o objetivo de reduzir o número de vítimas fatais de armas de fogo – mais de 30 mil em 2007, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Para mudar o perfil da força policial do país, o Ministério investiu na capacitação de mais de 486 mil profissionais de segurança pública. Os recursos também permitiram a implementação do Plano Habitacional do PRONASCI, que, somente até outubro, transformou em realidade o sonho da casa própria para 465 famílias de policiais por meio de financiamento especial da Caixa Econômica Federal. Até fevereiro, serão 3.343 famílias beneficiadas.

Com foco na repressão, o Ministério atacou o problema do déficit de vagas no sistema prisional com a liberação de R\$ 138,5 milhões para a construção de dez presídios voltados para a ressocialização de jovens entre 18 e 24 anos. Com isso, serão abertas 4.210 vagas no sistema. Os presídios especiais serão construídos em Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Rondônia.

No sistema penitenciário federal – que recebe os presos de alta periculosidade –, passarão a funcionar no ano que vem as penitenciárias de Mossoró (RN) e Porto Velho (RO), abrindo 416 vagas no total. O concurso para a contratação de 600 agentes penitenciários foi autorizado neste ano. Além disso, o Ministério definiu a cidade de Brasília como a sede de um novo presídio federal, que será erguido ao lado do Complexo da Papuda e terá capacidade para 208 presos.

Também como parte do Pronasci, o Ministério investiu na democratização do acesso à Justiça, fortalecendo o atendimento às mulheres vítimas de violência (Lei Maria da Penha) com a criação de 13 núcleos especializados em todo o país, a assistência jurídica a presos e a resolução pacífica de conflitos. São mais de R\$ 26 milhões investidos nessas ações.

Ainda em 2008, o Ministério da Justiça consolidou as ações de combate aos cartéis, cumprindo 91 mandados de busca e apreensão de documentos; julgou 9.456 pedidos e anistiou 3.800 perseguidos políticos; intensificou o combate à pirataria, principalmente a de remédios, cuja apreensão chegou a 493 mil caixas; e coordenou a proposta de Reforma Política, que incorporou sugestões da sociedade e já está em análise na Casa Civil da Presidência da República.

O quadro com todas as Medidas Provisórias editadas desde 1988, quando da criação das mesmas, está gravado em CD e entregue em anexo.

Abaixo apresentamos as Leis mais importantes para o *Parquet*, sancionadas neste semestre.

## **LEI 11.671\_08 – Transferência e inclusão de presos**

Dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.

## **LEI 11.672\_08 – Recursos Repetitivos**

Acresce o art. 543-C à Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, estabelecendo o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

## **LEI 11.689\_08 – Tribunal do Júri**

Altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências.

O projeto foi oriundo do Poder Executivo, que estabelece novos procedimentos para simplificar e agilizar o Tribunal do Júri e, conseqüentemente, o julgamento de processos penais. Esta Lei fez parte do pacote das 26 propostas que compõem a Reforma Infraconstitucional do Judiciário encaminhada ao Congresso Nacional em 2004.

## **LEI 11.690\_08 – Provas**

Altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prova, e dá outras providências.

Esta Lei fez parte do pacote das 26 propostas que compõem a Reforma Infraconstitucional do Judiciário encaminhada ao Congresso Nacional em 2004. Altera dispositivos do Código de Processo Penal relativo à atividade probatória, impedindo a fundamentação de condenação em provas colhidas na investigação, salvo em algumas hipóteses, alterando a sistemática da perícia e da oitiva de testemunhas.

## **LEI 11.694\_08 – Responsabilidade Civil dos Partidos Políticos**

Altera dispositivos da Lei no 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, e da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para dispor sobre a responsabilidade civil e a execução de dívidas de Partidos Políticos.

## **LEI 11.698\_08 – Guarda Compartilhada**

Altera os arts. 1.583 e 1.584 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para instituir e disciplinar a guarda compartilhada. Mensagem de veto.

Esta Lei prevê a sua aplicação, sempre que possível, quando não houver acordo entre os pais sobre quem ficará com a guarda.

## **LEI 11.719\_08 – Suspensão de Processos**

Altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à suspensão do processo, *emendatio libelli*, *mutatio libelli* e aos procedimentos. Mensagem de veto.

Esta Lei fez parte do pacote das 26 propostas que compõem a Reforma Infraconstitucional do Judiciário encaminhada ao Congresso Nacional em 2004. Dentre as principais mudanças, está a determinação de que a instrução e o julgamento do processo sejam feitos em uma só audiência.

### **LEI 11.767\_08 – Inviolabilidade dos advogados**

Altera o art. 7º da Lei no 8.906, de 4 de julho de 1994, para dispor sobre o direito à inviolabilidade do local e instrumentos de trabalho do advogado, bem como de sua correspondência. Mensagem de veto.

### **LEI 11.798\_08 – Competência do CJF**

Dispõe sobre a composição e a competência do Conselho da Justiça Federal, revoga a Lei no 8.472, de 14 de outubro de 1992, e dá outras providências.

### **LEI 11.829\_08 – Material de Pedofilia**

Altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet.

### **LEI 11.883\_08 – Remuneração do CNMP**

Dispõe sobre a remuneração dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público.

